

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 04.11.2025

Concretizar um local onde se concentrem talentos de alta qualidade para servir as necessidades do País e de Macau

As propostas do nosso país para a formulação do 15.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Económico e Social Nacional foram oficialmente divulgadas há dias. Em relação a Macau, estas propostas apontam que há que apoiar Hong Kong e Macau a integrarem-se melhor e a servirem a conjuntura do desenvolvimento nacional, reforçar a cooperação entre Hong Kong, Macau e o Interior da China nas áreas de economia, comércio, ciência e tecnologia, e humanidades, e aperfeiçoar as respectivas políticas, para facilitar o desenvolvimento e a vida dos residentes de Hong Kong e de Macau no Interior da China. Mais, há que desenvolver plenamente as vantagens singulares e o papel importante de Hong Kong e de Macau, que dependem da Pátria e se relacionam com o mundo, reforçar continuamente o posicionamento funcional de Macau como “Um Centro, Uma Plataforma e Uma Base”, e apoiar Hong Kong e Macau na construção de uma plataforma importante para uma concentração de talentos de alta qualidade a nível internacional.

Nesta nova jornada de desenvolvimento do País, o Governo da RAEM empenha-se em aproveitar as oportunidades dos tempos para promover, com todos os esforços, o desenvolvimento da diversificação adequada da economia. Por isso, para melhor concretizar o posicionamento definido pelo Governo Central para Macau como “Um Centro, Uma Plataforma e Uma Base” e criar um local onde se concentrem talentos de alta qualidade a nível internacional a fim de promover a prosperidade e a estabilidade social a longo prazo, é necessário proceder à distribuição sistemática e à promoção prioritária no âmbito de formação de quadros qualificados, cooperação regional, infra-estruturas industriais, etc.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Espero que o Governo concretize o desenvolvimento das quatro grandes indústrias e promova, nas escolas secundárias, a indústria de alta tecnologia, definindo um rumo claro para o planeamento da vida dos alunos e dos jovens, e formando mais quadros locais. Mais, pode tomar-se como referência a prática do Governo de Hong Kong, atribuindo bolsas de estudo especiais aos quadros académicos, atraindo-os para permanecerem e realizarem investigação científica nas instituições de ensino superior de Macau, para promover o regresso de quadros qualificados e a obtenção de mais resultados brilhantes na investigação científica pelas instituições de ensino superior locais.

2. Sugiro ao Governo que interaja activamente com a Grande Baía e a Zona de Cooperação Aprofundada, promova, quanto antes, a instalação das indústrias de alta e nova tecnologia em Macau, proceda à integração dos recursos e capitais de todas as partes e aproveite os laboratórios de Referência do Estado para a formação de quadros qualificados necessários ao desenvolvimento das indústrias, proporcionando-lhes um espaço para desenvolver as suas potencialidades. Mais, há que realizar intercâmbios e interacções com os Governos das cidades da Grande Baía, para atrair mais quadros altamente qualificados na área de alta tecnologia e facultar condições para a diversificação das indústrias de Macau.

3. Espera-se que o Governo acelere a construção do *hardware* do Parque Científico e Industrial de Alta Tecnologia e consolide o desenvolvimento conjunto da Zona de Cooperação Aprofundada, para promover o desenvolvimento das indústrias de alta e nova tecnologia, a interacção positiva entre talentos e a livre circulação de capitais, contribuindo para os bons resultados para o desenvolvimento industrial. Mais, há que otimizar a política de importação de talentos e aproveitar plenamente os recursos do ensino superior, para concluir, rapidamente, a construção da Cidade Universitária Macau-Hengqin, atraindo talentos de alto nível do exterior para se desenvolverem em Macau.

Em termos gerais, promover um círculo virtuoso de formação de talentos, cooperação regional e promoção industrial é o que pode apoiar Macau na formação de talentos de alta qualidade a nível internacional e na criação de uma base sólida para o seu desenvolvimento a longo prazo.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 04.11.2025

Construção de um sistema de transportes eficaz

Os transportes são inerentes à vida dos residentes e à de visita dos turistas. Com a recuperação gradual do número de turistas nos últimos anos, a procura de transportes para as deslocações em Macau aumentou bastante. Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem promovido a construção das redes ferroviárias, pedonais e viárias, para elevar constantemente a qualidade dos serviços de autocarros e táxis. Ademais, os projectos da Ponte Macau, da Estação da Barra do Metro Ligeiro, da Linha Seac Pai Van e da Linha de Hengqin foram concluídos e entraram em funcionamento, mas, a dificuldade em apanhar autocarro de algumas carreiras, a oferta insuficiente de táxis e a falta de aperfeiçoamento da rede do Metro Ligeiro continuam a incomodar residentes e turistas. Para construir um sistema de transporte eficaz e melhorar a experiência de deslocação, sugiro o seguinte:

1. O “Plano decenal para o trânsito e transportes terrestres de Macau” já entrou em vigor há cinco anos, por isso, sugiro ao Governo que acelere a sua revisão intercalar, resuma os resultados desta fase, prepare-se bem para os próximos cinco anos e recolha amplamente as opiniões da sociedade e reactive, quanto antes, os trabalhos de revisão da Lei do Trânsito Rodoviário.

2. De acordo com os dados divulgados pelo Governo, o número médio diário de passageiros de autocarros já voltou aos níveis de 2019, tendo-se registado entre Janeiro e Agosto deste ano 628,4 mil. Segundo muitos residentes, nas horas de ponta, os autocarros estão sobrelotados, sobretudo nos postos fronteiriços e nos itinerários dos pontos turísticos, por isso, é difícil satisfazer as necessidades de deslocação dos turistas e dos residentes. Proponho ao Governo que, em conjunto com as operadoras, proceda, de forma contínua, ao ajustamento dos itinerários e da frequência das carreiras mediante análise dos dados relativos à capacidade de transporte e aos pontos de embarque e desembarque de passageiros. Ao mesmo tempo, para satisfazer as necessidades específicas de deslocação, tais como, a consultas médicas, aulas e actividades de grande envergadura, há que estudar a criação de carreiras especiais e carreiras expresso. Além disso, com a ocupação das habitações públicas na Zona A dos Novos Aterros, torna-se necessário aperfeiçoar o planeamento das carreiras de autocarros daquela zona, a fim de satisfazer as necessidades de deslocação dos novos habitantes.

3. Os táxis são um meio importante para as deslocações em Macau e, com o fim dos contratos dos “táxis azuis”, existem em Macau cerca de 1400 táxis. Assim, o Governo deve reforçar a oferta e acelerar a entrada dos táxis da nova concessionária no mercado, assim como, aumentar o número de táxis sem barreiras para pessoas com problemas de mobilidade, e promover o estudo sobre o serviço de marcação *online* de táxis e o respectivo mecanismo de fiscalização. Ao mesmo tempo, deve continuar a aperfeiçoar o regime de avaliação dos serviços de táxis, elevar a qualidade e a eficácia dos serviços e a resolver as dificuldades em apanhar táxi.

4. Há que acelerar a construção da Linha Leste do Metro Ligeiro, e o estudo da Linha Oeste e as respectivas estações, formando gradualmente uma rede circular, aumentando benefícios da sua utilização. Há que continuar a otimizar os serviços do Metro Ligeiro, acelerar a promoção do modelo de pagamento electrónico nos canais de acesso e estudar o lançamento de benefícios de transbordo entre o Metro Ligeiro e os autocarros, para providenciar uma experiência de deslocação mais conveniente.

5. Há que acelerar a implementação da política de “Circulação de veículos com matrícula única de Hengqin na China”. A política de “Circulação de veículos de Macau na província de Guangdong” tem funcionado sem sobressaltos desde a sua implementação em 2023. Mas o actual mecanismo de marcação tem ainda margem para melhorias, pois, não se consegue, por enquanto, aproveitar as quotas canceladas na noite do dia anterior. Assim há que estudar a optimização da marcação prévia ou introduzir a marcação imediata no mesmo dia, para aproveitar melhor os restantes recursos.

IAOD do Deputado Kou Kam Fai em 04.11.2025

Concretizar o planeamento estratégico do País e aprofundar o estabelecimento do regime de talentos da RAEM

A 4.^a sessão plenária do 20.º Comitê Central do Partido Comunista da China deliberou e aprovou as Propostas do Comitê Central do Partido Comunista da China para a Formulação do 15.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Económico e Social Nacional, nelas se propõe explicitamente promover a prosperidade e estabilidade a longo prazo de Hong Kong e Macau e apoiá-los na «construção de centros internacionais para atracção de quadros altamente qualificados», apresentando orientações essenciais para o desenvolvimento de talentos. Com um ambiente social estável, remunerações universitárias competitivas e condições favoráveis a investigação científica, Macau está a encarar uma oportunidade histórica para atrair a chegada de talentos internacionais e o regresso de quadros especializados. Para concretizar o planeamento estratégico do País e aprofundar o estabelecimento do regime de talentos da RAEM, entendo que se deve empregar esforços para os dois aspectos seguintes:

1. Aperfeiçoar o sistema institucional e construir uma base sólida para o desenvolvimento de quadros qualificados. De acordo com o "Regime jurídico de captação de quadros qualificados", o Governo tem vindo a optimizar, de forma contínua, o sistema de introdução de quadros qualificados de elevada qualidade quadros altamente qualificados e profissionais de nível avançado. Desde a implementação deste regime, foi introduzido com sucesso um grupo de quadros qualificados líderes e equipas profissionais que correspondem à estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia de "1 + 4". No futuro, os diplomas complementares devem ser mais pormenorizados, as funções da Comissão de Desenvolvimento de Quadros Qualificados devem ser reforçadas e os mecanismos de avaliação e saída dos quadros qualificados devem ser melhorados. Ao mesmo tempo, há que promover o reconhecimento mútuo das qualificações profissionais com o Interior da China, acelerar o aperfeiçoamento dos serviços complementares, tais como a remuneração dos quadros qualificados, a habitação e a educação dos seus filhos, construindo um círculo virtuoso de "introdução, retenção e boa utilização". Nesse sentido, cumpre desenvolver plenamente as vantagens do princípio "Um País, Dois Sistemas", da coexistência das culturas oriental e ocidental, aperfeiçoar o planeamento de alto nível, atrair talentos de alto nível para se estabelecerem em Macau e Hengqin, contribuindo para a autodeterminação e o auto fortalecimento da ciência e tecnologia.

2. Reforçar a sinergia das plataformas e aprofundar o desenvolvimento do ensino superior. Macau, como parte importante da Grande Baía, deve aproveitar activamente as oportunidades estratégicas provenientes da construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin e o desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Face às actuais mudanças geopolíticas, Macau pode aproveitar as suas vantagens únicas e atrair quadros qualificados de alto nível. No futuro, é possível acelerar a promoção da construção da cidade universitária em Hengqin para atrair instituições de ensino superior de renome, nacionais e estrangeiras, e introduzir instituições de investigação científica e empresas multinacionais de topo para estabelecerem centros de investigação em Macau. Ao mesmo tempo, também é possível procurar, activamente, e obter o apoio do País

para a construção em Macau do "Centro de Transferência e de Conversão de Tecnologia das Instituições de Ensino Superior do País", reforçando o papel de investigação e orientação por parte dos quatro laboratórios de referência nacionais e criar um mecanismo de conversão de resultados científicos e tecnológicos em articulação com os sectores. No Relatório das LAG para 2025, a cidade universitária em Hengqin é considerada como um ponto-chave, portanto, é necessário ajustar os programas (por uniformização) aos padrões internacionais, incentivar a participação conjunta das instituições públicas e privadas, entre outras medidas, a fim de elevar a qualidade e o nível de internacionalização da cidade. Ao mesmo tempo, é de reforçar as vantagens da plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa e criar um local de alto nível para a formação de talentos bilingues em chinês e português, com vista a servir activamente a estratégia nacional de alto nível que consiste a abertura ao exterior. O Relatório das LAG para 2025 define como projecto-chave a construção de uma Cidade Universitária de Macau e Hengqin, assim, deve-se ajustar os programas aos padrões internacionais e incentivar a participação coordenada das instituições públicas e privadas para se conseguir o salto de alta qualidade e a internacionalização desse projecto. Ao mesmo tempo, há que potenciar as vantagens da Plataforma de Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, no sentido e se criar um centro de formação de talentos bilingues - chinês e português- que sirva activamente a estratégia nacional de abertura ao exterior de alto nível.

O plano de desenvolvimento nacional já está traçado, e Macau deve cumprir o princípio de "potenciar as suas próprias vantagens para atender às necessidades do País". Através da inovação institucional e da construção da plataforma, Macau deve ser um local que concentra talentos internacionais com competitividade global, dando um forte impulso à promoção da prosperidade e estabilidade local a longo prazo e à implementação estável e duradoura do princípio "um país, dois sistemas".

IAOD do Deputado Chan Lai Kei em 04.11.2025

Promoção plena da manutenção dos idosos no domicílio, através da valorização da vida

Com a conclusão, em 2025, da primeira fase do “Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos (2016-2025)”, a sociedade espera que o Governo, apoiado nesta base sólida, implemente uma segunda fase do plano mais prospectiva e sistemática. Estou satisfeito por ver que o Grupo Director Interdepartamental do Mecanismo de Protecção dos Idosos apresentou o “Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos 2026 a 2035”, com quatro linhas principais: “a saúde física e mental, a valorização da vida, a oferta diversificada de produtos e a inclusão social”, tendo como rumo de desenvolvimento “a macro saúde, a tecnologia inteligente, a indústria dos cabelos grisalhos e a construção de um ambiente inclusivo”. De acordo com as “Projecções da População de Macau 2022-2041”, a proporção da população idosa vai aumentar para 14,6 por cento, prevendo-se que, em 2029, Macau tenha uma sociedade superenvelhecida. A criação de uma vida feliz e a concretização da política de “manutenção dos idosos no domicílio” passam a ser o objectivo nuclear dos idosos em geral e são também as linhas fundamentais para a prestação de serviços aos idosos pelo Governo. Assim, apresento as três sugestões seguintes:

1. Introduzir a aplicação de tecnologia em casa e criar uma rede de protecção da segurança domiciliária dos idosos

Os idosos que vivem em prédios antigos sem elevadores enfrentam dificuldades nas deslocações e riscos de segurança em casa. Proponho ao Governo que reveja o actual “Programa de avaliação da segurança domiciliária dos idosos e de financiamento para a aquisição de equipamentos” e, tomando como referência o “Plano-piloto de apoio financeiro na aquisição de equipamentos auxiliares para deficientes”, actualize o programa e crie um plano de apoio financeiro para a aquisição de equipamentos tecnológicos para idosos e a remodelação da casa, em prol da segurança domiciliária. Deve-se também ponderar, prioritariamente, a introdução dos equipamentos tecnológicos para idosos a funcionar a título experimental na Residência para Idosos, oferecendo apoio financeiro aos que têm idade avançada ou doenças crónicas, que vivem em prédios antigos sem elevadores ou já requereram a atribuição de habitações sociais. Mais, importa criar um “centro de arrendamento e experiência de produtos tecnológicos para idosos”, para estes os poderem experimentar a baixo custo e escolher os mais adequados conforme a sua experiência, o que pode baixar a fasquia para a aquisição e permitir aos idosos viverem de forma mais segura e independente num ambiente que lhes é familiar, sendo crucial para a concretização da política de “manutenção dos idosos no domicílio”.

2. Alargar o âmbito do subsídio para cuidadores, para aliviar as dificuldades e as preocupações das “famílias com duplo envelhecimento”

Numa sociedade envelhecida, a pressão das “famílias com duplo envelhecimento” é ainda maior, pois “são os idosos que cuidam de idosos”. Eles precisam de apoio ao nível dos cuidados de saúde e também do apoio económico da sociedade. Proponho ao Governo

que estude o alargamento do âmbito de aplicação do actual subsídio para cuidadores de idosos saudáveis das “famílias com duplo envelhecimento”, especialmente com idosos saudáveis de idade muito avançada. Trata-se de um acto mais humano que reconhece o contributo dos idosos desse tipo de famílias, que partilha pressão económica, apoia a ideia de “manutenção dos idosos no domicílio” e concretiza o objectivo de inclusão social.

3. Promover o “Programa de Incentivo aos Idosos Voluntários” e o valor da inclusão social dos idosos

A fim de incentivar os idosos com saúde e de menor idade, isto é, entre 60 e 75 anos, a continuarem a sua participação social, sugere-se que, tomando como referência o modelo bem-sucedido do “Plano de Incentivo aos Jovens Voluntários”, se crie um “Plano de Incentivo aos Idosos Voluntários”, efectuando, em cooperação com as organizações de serviços sociais de Macau, um registo uniformizado dos idosos voluntários, a fim de anualmente atribuir prémios aos que tenham prestado determinadas horas de serviço ou de lhes oferecer benefícios de serviços disponibilizados por empresas. Este Plano pode permitir um registo sistemático e uma análise do número dos idosos voluntários, a sua faixa etária, tipo de serviços (apoio comunitário, actividades culturais, etc.), duração da prestação de serviços, grau de participação, etc., em prol da promoção do futuro desenvolvimento do valor da inclusão social dos idosos.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 04.11.2025

Promover acções governativas e desenvolver a economia em prol do bem-estar da população

Em breve serão divulgadas as novas LAG e, com vista a recolher amplamente as opiniões da sociedade, o Governo procedeu à sua recolha junto da sociedade durante um mês, tendo concluído, recentemente, o respectivo trabalho. O trabalho de recolha de opiniões e sugestões envolveu diversos meios para facilitar a participação dos residentes, tais como a Conta Única e páginas electrónicas. Recentemente, o Governo divulgou que, durante o referido período, recebeu 3.548 mensagens, onde se incluíam 7.942 opiniões e sugestões. Esse número reflecte a atenção da sociedade para com as acções governativas da RAEM, bem como a importância dada pelo Governo às opiniões dos diversos sectores, sendo esse um trabalho interactivo positivo entre o Governo e a sociedade. Estas opiniões ajudam o Governo a definir com maior precisão as LAG para dar respostas às necessidades dos diversos sectores.

O 6.º Governo iniciou os seus trabalhos com passos firmes, mas, actualmente, Macau está a ser influenciado por factores complexos e variáveis, quer internos quer externos, e o desenvolvimento socioeconómico ainda enfrenta muitos desafios. Com base nos dados recolhidos, verifica-se que os benefícios e os serviços prestados à população, o emprego e os direitos e interesses laborais são as duas maiores preocupações no âmbito da acção governativa, reflectindo os respectivos anseios da população, mas isso fornece orientações para as LAG do próximo ano. Embora tenhamos alcançado alguns resultados, a nossa estrutura económica monolítica mantém-se inalterada, pois a recuperação económica está desequilibrada; os jovens deparam-se com dificuldades para conseguir um emprego; as pessoas de meia idade deparam-se com dificuldades na mudança de emprego; e os idosos, as crianças e as suas famílias enfrentam muita pressão de vida, portanto, é necessário reforçar os trabalhos de construção urbana e dar uma maior garantia em prol do bem-estar da população, entre outros. No entanto, os desafios e oportunidades andam sempre de mãos dadas, e a sociedade anseia que as novas LAG possam continuar a inovar e a encontrar vias de desenvolvimento para as articular activamente com a estratégia nacional e que o desenvolvimento económico seja em prol do bem-estar da população. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Acelerar a diversificação adequada da economia e apoiar o emprego de alta qualidade. O Governo deve acelerar a promoção do desenvolvimento das novas indústrias, aproveitar essas indústrias para impulsionar o emprego, reforçar a coordenação entre as indústrias e o emprego, e empenhar-se na formação de trabalhadores para novos postos de trabalho. No decurso de tudo isto, deve recorrer ao alargamento do âmbito e do número de postos de trabalho dos sectores do programa específico "emprego+formação", organizar mais cursos de formação e programas de certificação, e disponibilizar bolsas de estudo e bolsas de mérito profissionais, apoiar os residentes a obterem oportunidades de emprego de alta qualidade no processo de desenvolvimento das novas indústrias.

2. Apoiar o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, promovendo a melhoria do ambiente comunitário. A diminuição do poder de consumo, a “deslocação” do consumo para o exterior, as compras *online* transfronteiriças, o aumento dos custos de exploração, entre outros factores, têm afectado, de forma contínua, as actividades das referidas empresas de Macau. O Governo da RAEM deve proceder a uma avaliação do ambiente económico em geral, especialmente, caso não se verifique uma melhoria significativa da economia comunitária, mais, nas LAG para o próximo ano, deve dar continuidade aos benefícios concedidos às empresas de interesse público ou lançar novas medidas que estimulem o consumo, proceder à expansão do "Turismo+Festividades+Eventos" nos bairros comunitários e dar início aos trabalhos sobre “zonas comerciais, em forma de círculo, com peculiaridade”, entre outros. Ao mesmo tempo, há que otimizar a construção urbana para melhorar o ambiente comunitário, nomeadamente, definir medidas de curto, médio e longo prazos, aperfeiçoar, de forma ordenada, as infra-estruturas municipais e de trânsito dos bairros antigos; prestar apoio ao desenvolvimento dos trabalhos de revitalização, embelezamento, renovação e reconstrução das zonas, no sentido de aumentar o encanto comunitário e melhorar o ambiente de negócios, bem como proporcionar aos cidadãos uma vida comunitária de qualidade.

3. Implementação das acções governativas em prol do bem-estar da população e partilha dos frutos do desenvolvimento, e adopção de medidas mistas para apoiar o desenvolvimento equilibrado da região. A sociedade espera que o novo relatório das LAG, para além de dar continuidade às medidas benéficas à população, tais como a

comparticipação pecuniária e os vales de saúde, apresente também apoios mais precisos aos grupos vulneráveis, tais como os idosos, os bebés e as crianças, os deficientes e as suas famílias, para aliviar os encargos económicos das camadas mais vulneráveis e das suas famílias e elevar, globalmente, a qualidade de vida das camadas mais desfavorecidas da população. Ao mesmo tempo, em articulação com as medidas concretas propostas no “15. ° Plano Quinquenal” para promover o desenvolvimento de alta qualidade da população, ou seja, para que as políticas de apoio à família, aos idosos e à habitação sejam eficazes, através da “combinação de políticas”, há que reduzir as preocupações dos membros da família durante todo o seu ciclo de vida, promover o desenvolvimento equilibrado da população a longo prazo e construir, em conjunto, um belo lar.

Espera-se que sejam mantidos os incentivos ao consumo, e que o Governo e as grandes empresas promovam o aumento salarial, para estimular a economia comunitária e reforçar a confiança no consumo

Com os esforços do Governo e dos diversos sectores sociais, o número de turistas tem aumentado e a economia tem-se desenvolvido de forma estável, mas não se pode descurar o desenvolvimento desigual dos bairros comunitários, as dificuldades das pequenas e médias empresas e a pressão ao nível de despesas quotidianas que os residentes enfrentam. O Governo deve estudar o aumento dos vencimentos dos funcionários públicos, incentivando as concessionárias do jogo ou as empresas de utilidade pública, entre outras grandes empresas ou com condições para tal, a aumentarem os salários, e lançar incentivos ao consumo mais específicos para aumentar a procura interna, dinamizar o consumo e aliviar a pressão dos residentes.

De acordo com as estatísticas, no primeiro semestre deste ano, o Produto Interno Bruto (PIB) (valor revisto) registou um aumento anual de 1,8 por cento, e o valor total da economia recuperou para 87,0 por cento, ou seja, o registado no mesmo período de 2019. Mais, nos primeiros nove meses deste ano, as receitas de impostos do jogo atingiram 70,4 mil milhões, com um aumento anual de 6 por cento, e em Outubro a receita bruta do jogo atingiu novo recorde dos últimos seis anos. Entretanto, o facto de alguns residentes se depararem com o desemprego estrutural e a vitalidade económica dos bairros comunitários continuar insuficiente, a pressão da reconversão económica e as incertezas no desenvolvimento afectam a confiança dos residentes no consumo.

Segundo o inquérito trimestral da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, no 3.º trimestre deste ano, o índice de confiança dos consumidores diminuiu face ao trimestre anterior, o que demonstra a falta de confiança dos consumidores, que entram numa fase de prudência; foi apontado ainda que as medidas de estímulo ao consumo de curto prazo podem produzir efeitos positivos, reforçando a confiança dos consumidores.

Por outro lado, a situação de emprego e o nível de rendimento também são factores importantes que afectam a confiança e a capacidade de consumo. Segundo o “Inquérito sobre as remunerações e regalias na Grande Baía 2025” recentemente divulgado pela *Hong Kong Baptist University*, os mais de 50 mil trabalhadores das 39 instituições de Macau inquiridos

tiveram, no último ano, um aumento médio dos salários de apenas 1,6 por cento, uma redução face aos 2,8 por cento do ano anterior, e 24 afirmaram mesmo que iam congelar os salários. Esse aumento é inferior ao aumento registado em Hong Kong e nas nove cidades da Grande Baía.

O Governo renovou recentemente o “Grande prémio para o consumo nas zonas comunitárias”, que tem certo efeito de impulsionar o consumo e a economia comunitária, mas esta medida terminará no final de Novembro. Os residentes esperam que as autoridades, para além de fiscalizarem de forma contínua a variação dos preços dos produtos, estudem incluir mais incentivos ou apoios ao consumo nas LAG para o próximo ano, que não só dinamizem a economia, mas também, e mais importante, atribuam, de uma forma simples, um subsídio de despesas quotidianas aos residentes, para aliviar a sua pressão, em conjugação com as diversas medidas em prol do bem-estar da população.

Devido ao impacto epidémico, ao tempo necessário para a recuperação e à complexidade do ambiente económico mundial nos últimos anos, o salário e o rendimento familiar de muitos trabalhadores não conseguem aumentar nem acompanhar a inflação e, como ainda têm de suportar os encargos de empréstimos de habitação e as rendas, a sua capacidade de compra diminuiu. As famílias deparam-se com grandes pressões económicas, por isso, nem vale a pena falar da confiança no consumo. Mesmo os salários dos funcionários públicos, com condições de serem ajustados, só foram aumentados uma vez nos últimos anos. Espera-se que o Governo efectue estudos sobre a actualização atempada dos salários dos funcionários públicos para elevar o seu moral. Pode ainda apelar e incentivar as grandes empresas com condições, por exemplo, as concessionárias do jogo ou as entidades de utilidade pública, a aumentarem racionalmente os salários dos seus trabalhadores, com vista a estimular a procura interna e a aumentar a confiança no consumo.

A longo prazo, espero que o Governo, através da melhoria da política de emprego e do regime jurídico relativo às garantias dos trabalhadores, se empenhe, ao mesmo tempo que se empenha na economia e na procura de desenvolvimento, em resolver o problema do desequilíbrio estrutural de emprego, em investir mais recursos para reforçar os projectos de formação de talentos e em promover a competitividade e a promoção dos trabalhadores locais, o que é favorável para o aumento dos seus rendimentos, e pode promover a partilha dos frutos do desenvolvimento económico por mais trabalhadores, concretizando o objectivo de prosperidade comum e de aumento do sentimento de felicidade.

IAOD da Deputada Loi I Weng em 04.11.2025

Apoiar o desenvolvimento integral do ciclo de vida familiar e criar uma sociedade próspera em que todos vivam em estabilidade e trabalhem com satisfação

A família é a componente básica da sociedade, e o seu desenvolvimento estável está directamente relacionado com a prosperidade e a paz da sociedade a longo prazo. Com as mudanças estruturantes da sociedade de Macau e as necessidades familiares cada vez mais diversificadas, os problemas que a família enfrenta nas diferentes fases da vida são também cada vez mais complexos, sobretudo numa altura em que Macau está a enfrentar dois desafios, isto é, a natalidade que permanece baixa e a aceleração do envelhecimento populacional, portanto, o reforço dos apoios ao desenvolvimento integral do ciclo de vida familiar passou a ser um tema social inadiável.

O desenvolvimento familiar engloba diversas vertentes, como procriação, emprego, segurança na velhice, etc., portanto, da constituição da família dos recém-casados até à alimentação e educação dos filhos, e ainda à segurança na velhice e cuidados aos idosos. Assim, a pressão resultante dos cuidados que recai sobre as famílias é cada vez maior, sendo necessário que o Governo adopte uma visão política mais sistemática e prospectiva, intervindo a partir da definição das políticas e planeando, de forma científica, a coordenação das políticas, recursos e serviços, por forma a criar uma rede de apoios às famílias que abranja todo o ciclo de vida familiar, e com níveis e categorias devidamente definidos, com o objectivo de prestar às famílias um sistema de apoio familiar mais sistemático e aperfeiçoado, e uma protecção mais integral e adequada. Isto tem um significado relevante em termos do aumento da qualidade de vida dos residentes e também da promoção do desenvolvimento sustentável da sociedade.

Assim, apresento três sugestões:

1. Aperfeiçoar a concepção das políticas e criar um sistema de políticas favoráveis à família.

Em vigor há mais de 30 anos, a “Lei de bases da política familiar” nunca foi revista, e já não corresponde às necessidades da sociedade em relação aos serviços e apoio ao desenvolvimento familiar, pelo que se propõe uma revisão global, no sentido de integrar, de forma sistemática, o conceito de desenvolvimento familiar no processo de elaboração das políticas públicas, e assegurar que o apoio às famílias esteja presente em todas as acções governativas. Mais, deve-se acelerar a revisão da “Lei das relações de trabalho”, no sentido de criar uma base jurídica para o aumento das licenças de maternidade e de paternidade, bem como para a introdução da licença parental e do horário de amamentação. Há que criar um mecanismo de “apoio por leis e subsídios, com a participação de todos os sectores da sociedade”, para promover a extensão e a eficácia das medidas favoráveis à família nas empresas privadas. Isto para otimizar as políticas favoráveis à família no local de trabalho, e apoiar as famílias na realização do sonho de melhores condições para ter e criar crianças.

2. Aumentar o investimento de recursos específicos para aliviar os encargos das famílias

Propõe-se que se aprenda com a criação do *Working Family Allowance Scheme*, além da *Comprehensive Social Security Assistance*, para criar, atendendo à realidade de Macau, um subsídio específico destinado às famílias com baixos rendimentos, monoparentais e com crianças. Assim, definidos razoáveis critérios de candidatura e atribuição, as famílias que reúnam os requisitos patrimoniais e sejam economicamente independentes podem obter apoios financeiros, aliviando-se assim a pressão económica, pondo-se fim ao ciclo vicioso de “pobreza intergeracional” e promovendo-se a mobilidade social. Mais, deve promover-se a ligação entre a pensão e o subsídio para idosos, e o índice de preços no consumidor, para garantir a qualidade de vida dos idosos, reduzir a pressão com os cuidados, e concretizar o objectivo de desenvolvimento familiar, isto é, “sustento para os idosos, e cuidados para as crianças”. Isto para construir, em conjunto, um lar feliz, onde todos vivam satisfeitos e trabalhem com alegria.

3. Aperfeiçoar o sistema de serviços para idosos e crianças e criar uma rede de apoio completo

Propõe-se a optimização dos serviços de ginecologia e obstetrícia, pediatria e cuidados de saúde para idosos, alargando o teste pré-natal não invasivo (NIPT) a todas as mulheres grávidas locais, aditando ao plano de cuidados de saúde básicos as vacinas contra o rotavírus e a zona, bem como alargar o âmbito de cobertura dos serviços de cuidados de saúde destinados às grávidas e aos bebés e crianças, de modo a proporcionar às famílias uma assistência médica mais completa e conveniente. Propõe-se ainda que se reforce a criação de um sistema de apoio à educação familiar, às creches e aos cuidados aos idosos, e se aumente o número de vagas nas creches dos bairros comunitários para situações urgentes, se reduza o tempo de espera dos cuidados de saúde para adultos e para os lares, bem como se promova o desenvolvimento de inteligência artificial e de serviços de cuidados comunitários inteligentes, a fim de prestar apoio mais abrangente e rápido às crianças e idosos, aliviando a pressão das famílias durante o processo de cuidar dos idosos e das crianças.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 04.11.2025

Aproveitar o efeito subsequente dos Jogos Nacionais para elevar os benefícios económicos e sociais do desporto

A abertura da 15.^a edição dos Jogos Nacionais e dos respectivos jogos paralímpicos terá lugar no próximo domingo e estes decorrem no próximo mês, sendo que o maior destaque desta edição reside no facto de serem coorganizados conjuntamente por Guangdong, Hong Kong e Macau. No âmbito deste grande evento, vão decorrer 5 modalidades desportivas na zona de competição de Macau. Para assegurar o sucesso dos trabalhos relacionados, o Governo, o sector desportivo local e os diversos sectores da sociedade, bem como os atletas e os voluntários dedicaram esforços significativos, o que merece o nosso reconhecimento. Faço votos do maior sucesso para os Jogos e para os atletas de Macau, e desejo-lhes que alcancem excelentes resultados, trazendo honra para Macau!

A presente edição dos Jogos divide-se em duas categorias: “Competição e Desporto para Todos”, sendo a primeira destinada a atletas profissionais e a segunda a toda a população, para assim generalizar o desporto. Por isso, este grande evento não é apenas um palco para a competição desportiva, mas também uma importante oportunidade para promover o desenvolvimento desportivo e económico. Espero que o Governo possa aproveitar a oportunidade da realização dos Jogos Nacionais para, através de planos de promoção, impulsionar o desenvolvimento económico dos bairros comunitários; e aproveitar o efeito subsequente deste evento para elevar os benefícios económicos e sociais do desporto.

Nos últimos anos, o desporto e a qualidade de vida ganharam cada vez mais importância em todo o mundo, e a economia desportiva passou a ser uma locomotiva para o desenvolvimento socioeconómico. Actualmente, muitas cidades do mundo estão a aproveitar activamente os eventos desportivos e os produtos desportivos, no sentido de impulsionar a transformação e a valorização das cidades e dos sectores em causa. Olhando-se para as regiões vizinhas, a inauguração do *Kai Tak Sports Park* de Hong Kong e a conclusão ou actualização de diferentes tipos de pavilhões desportivos, tanto em Cantão como em Shenzhen, contribuem não só para o desenvolvimento desportivo local, como também oferecem condições para a organização de eventos e para o aumento do espaço turístico e cultural, impulsionando assim o desenvolvimento da economia e do turismo.

Nestes últimos anos, registaram-se cada vez mais eventos desportivos em Macau, por isso, os residentes cada vez mais praticam desporto, no entanto, as limitações ou falta de espaços constituem um obstáculo ao desenvolvimento dos atletas profissionais locais, bem como à promoção e participação do desporto para todos. As instalações desportivas são importantes para o desenvolvimento do desporto, por isso, espero que sejam aproveitados os recursos de solos para a construção de mais espaços e instalações desportivas e, nomeadamente, ponderar a transformação do Hipódromo num complexo desportivo, turístico, comercial, etc., a fim de satisfazer as necessidades das diferentes modalidades desportivas e criar condições para o desenvolvimento, rumo à transformação em sectores, do desporto e do turismo cultural.

Quanto ao apoio ao desenvolvimento dos atletas, sugiro o Governo que reforce o planeamento de vida dos atletas e o investimento em recursos para os treinadores, nomeadamente, treinos científicos e apoio ao seu desenvolvimento integral desde a formação até à reforma, disponibilizando-lhes garantias suficientes e, criando assim uma equipa escalonada para que o desporto possa ser transmitido de geração em geração.

Por fim, espero que o Governo continue a empenhar-se nos trabalhos relacionados com o desporto para todos e, especialmente, para os jovens, optimizando os métodos de treinos e as instalações desportivas das escolas e das zonas comunitárias. Além disso, as empresas e instituições devem ser incentivadas a promover actividades desportivas destinadas aos trabalhadores, com vista a elevar a participação da sociedade, a promover uma boa saúde física e mental para todas as faixas etárias e a estabelecer relações laborais harmoniosas, com vista a efectivar o *slogan* “Pratica desporto, reforça a tua saúde”.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 04.11.2025

Promover Macau saudável e livre de tabaco e reforçar a cooperação entre o sistema jurídico e a comunidade

Com o envelhecimento da população e o aumento contínuo das doenças crónicas, “Macau saudável” tornou-se um desejo comum da sociedade. Fumar provoca doenças cardiovasculares e respiratórias, prejudica a saúde individual e constitui um encargo permanente para o sistema médico. Desde a implementação do “Regime de prevenção e controlo do tabagismo” em 2012, as suas políticas de controlo têm sido aperfeiçoadas. Com a revisão da lei em 2018, excepto nas salas de fumadores nos casinos, é totalmente proibido fumar, e importar e vender cigarros electrónicos, o que significa que os trabalhos de controlo do tabagismo estão a ser institucionalizados.

Nos últimos anos, o Governo afirmou que estava a estudar a proibição da posse de cigarros electrónicos, e que ia iniciar, no próximo ano, a respectiva legislação, e alargar, a título experimental, a zona de proibição de fumar a locais com muitas pessoas, como os portões das escolas e creches, para responder às expectativas da sociedade. Mas este ano houve mais de 4 mil casos de fumo em locais proibidos. Isto demonstra que este problema é ainda comum e que o trabalho de controlo está a enfrentar novos desafios, devido à mudança social e ao surgimento de produtos de tabaco. Como o seu controlo tem a ver com a saúde pública, e com a imagem da cidade e a competitividade do turismo internacional, promover “Macau saudável e livre de tabaco” é importante para concretizar uma cidade agradável para viver e visitar.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Alargamento das áreas de proibição do fumo e reforço da protecção da saúde pública

O Governo vai iniciar o processo legislativo para alargar a área de proibição de fumo, mas ainda há zonas cinzentas em alguns locais públicos onde é proibido fumar. Por exemplo, em muitos locais a zona de proibição é apenas delimitada com uma “linha no chão”, não há barreiras físicas ou painéis de protecção, por isso, a população vai continuar a ser afectada pelo fumo passivo do tabaco se alguém fumar no exterior da área. Assim, a fim de reforçar a protecção da saúde do público e das crianças, aquando da futura revisão da Lei de Controlo do Tabagismo, o Governo deve tomar como referência as medidas adoptadas nas regiões vizinhas ou no Aeroporto Internacional, proibindo totalmente de fumar e criando áreas para fumadores em locais indicados, com uma boa separação das zonas, a fim de reforçar a protecção da saúde do público e das crianças.

2. Reforço do controlo e da execução da lei nas áreas de proibição de fumar

Sugiro ao Governo que inicie, quanto antes, o processo legislativo para o controlo dos cigarros electrónicos, e estude a utilização de meios tecnológicos, por exemplo, avisos electrónicos em espaços públicos, e monitorização inteligente para apoio à recolha de provas, com vista a reforçar a execução da lei nas zonas onde é proibido fumar. Ao mesmo tempo,

é necessário controlar a situação do fumo de tabaco de fumadores que circulam nas vias públicas, conhecidos por “locomotivas”, a fim de reduzir os seus impactos negativos para o público.

3. Aprofundar a colaboração comunitária para promover a cultura sem fumo junto da população

Ao longo dos anos, a cultura sem fumo tem-se desenvolvido passo a passo em Macau, e as associações comunitárias são as forças principais para promover uma vida saudável. Sugere-se que se reforce, de forma contínua, a educação para a saúde e o apoio à cessação tabágica através de postos de consulta comunitários, da educação escolar e dos serviços de voluntariado, para impulsionar o público a pôr em prática o conceito sem fumo na vida quotidiana. Pode-se também ponderar a criação de uma “zona piloto sem fumo” e a realização de uma série de actividades temáticas nos mercados, jardins e eventos festivos, criando um ambiente saudável de participação de toda a população, para que uma vida sem fumo se torne em consenso e autoconsciência da sociedade, promovendo Macau para ser uma verdadeira “cidade sem fumo”.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 04.11.2025

Prestar atenção ao desenvolvimento da equipa dos funcionários públicos e promover o aumento da eficiência governativa

Na cerimónia de tomada de posse do VI Governo da RAEM, o Presidente Xi Jinping apresentou quatro esperanças, entre estas, o aumento da eficiência governativa. Com o forte apoio do País, Macau tem de agarrar as novas oportunidades de desenvolvimento. Para realizar constantemente o seu papel de “um centro, uma plataforma e uma base”, é necessário um aumento contínuo da competitividade no desenvolvimento interno. Sob a predominância do poder executivo, o Governo da RAEM, parte principal da acção governativa, deve acelerar o desenvolvimento da modernização do sistema governativo e da competência governativa, recorrendo, sobretudo, à “remodelação sistemática” da administração pública para concretizar uma correspondência, com precisão, entre as funções do Governo e as necessidades da sociedade, pois só assim é que será possível construir um Governo assente no Estado de Direito que seja íntegro, altamente eficiente e justo, assim como um Governo moderno e orientado para serviços. E também só assim é que será possível orientar e estimular a criatividade e a dinâmica para o desenvolvimento social de Macau, aumentando, globalmente, o nível do desenvolvimento de Macau e disponibilizando uma garantia sólida para a prosperidade e a estabilidade permanentes da RAEM.

No novo mandato, o Governo aprofundou a promoção da reforma da administração pública e até publicou, recentemente, o Regulamento Administrativo intitulado “Regime geral de organização e estrutura orgânica dos serviços e entidades públicas”, que vem aperfeiçoar a estrutura orgânica e introduzir uma filosofia e um raciocínio novos no desenvolvimento da governação, reflectindo assim a essência do “persistir no caminho certo e apostar na inovação”, criando uma base importante para o desenvolvimento de um Governo empreendedor. Naturalmente, é de notar que o Governo procedeu à fusão e simplificação da estrutura orgânica, uma situação que conduz necessariamente ao ajustamento da estrutura do pessoal dos serviços ou a uma mudança ao nível funcional, mas os funcionários públicos são cruciais para o aumento da eficiência.

No entanto, sob o regime de quotas, o nível dos serviços prestados pelos funcionários públicos não é uniforme, existem grandes discrepâncias no volume de trabalho e as garantias de cada um também são diferentes, o que leva a que a mentalidade de alguns funcionários seja mais passiva, afectando a eficácia das acções governativas do Governo da RAEM. Nesta nova conjuntura de desenvolvimento, o Governo tem necessidade de reforçar, de forma específica e sistemática, a construção de uma equipa de funcionários públicos unidos e com moral, reforçando, nomeadamente, as acções de formação profissional. Mais, há que aperfeiçoar o mecanismo de avaliação do desempenho e criar um regime de remuneração e de subsídio justos, com vista à criação de um regime mais preciso,

científico e racional para incentivar a assunção de responsabilidades e, injectar confiança e força motriz no desenvolvimento socioeconómico de Macau.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Sob o regime de quotas, a distribuição dos recursos humanos do Governo deve ser mais precisa, científica e racional. Assim, sugiro um ajustamento preciso e dinâmico nos recursos humanos dos diversos serviços públicos para dar respostas às necessidades do desenvolvimento dos trabalhos de reestruturação e alterações de funções dos serviços públicos. É necessário reforçar ainda mais o desenvolvimento do governo electrónico, dotando-o de novas tecnologias e optimizando o fluxo dos trabalhos para que este corresponda ainda mais às necessidades do desenvolvimento da sociedade.

2. O nível de capacidade profissional dos funcionários públicos é o núcleo ou ponto-chave para responder às solicitações da sociedade. No passado, a formação dos funcionários públicos centrava-se na Lei Básica e da lei em geral, raramente versava sobre outras matérias, por isso, existem discrepâncias no desempenho das suas funções, com falta de respostas atempadas às necessidades da sociedade. O Governo da RAEM deve rever os mecanismos de formação existentes, reforçar as capacidades profissionais dos funcionários e priorizar a capacidade de resposta às solicitações dos residentes e de resolução de problemas relacionados com a avaliação do desempenho, tudo para impulsionar a construção e o desenvolvimento dos funcionários públicos.

3. Os funcionários públicos em geral têm permanecido firmes nos seus postos de trabalho e trabalhado arduamente, contribuindo, deste modo, para a construção da RAEM. No entanto, ao longo destes anos, as solicitações dos funcionários não têm sido devidamente atendidas. Por exemplo, os funcionários públicos das categorias mais baixas que vivem com dificuldades não são apoiados, e os que aderiram ao regime de previdência, depois de se aposentar, não têm direito ao subsídio de residência e não são tratados de forma justa após a sua aposentação, o que afecta o moral destes. O Governo da RAEM deve rever o regime de garantia dos trabalhadores dos serviços públicos, no sentido de dar resposta às suas solicitações. Sugere-se que se estude a criação de mais subsídios de apoio aos trabalhadores de base da função pública e que os trabalhadores que aderiram ao regime de previdência possam receber o subsídio de residência depois de se aposentarem, desde que preencham os requisitos de tempo de serviços prestado, demonstrando o carinho do Governo para com os trabalhadores da função pública, e contribuindo para reforçar o desenvolvimento dos funcionários públicos.

IAOD do Deputado Leong Pou U em 04.11.2025

Aperfeiçoar mecanismos para promover o desenvolvimento sustentável e saudável do regime de segurança social

Na sessão de perguntas e respostas em Abril passado, o Chefe do Executivo afirmou que, segundo as previsões, até 2041, o número de idosos com idade igual ou superior a 65 anos ia aumentar de 109 mil para 164 mil, tendo indicado ainda que, em 2024, o subsídio de montante fixo aos idosos representou 33 por cento do total do apoio financeiro aos serviços sociais.

A taxa de natalidade tem vindo a baixar, o envelhecimento agravou-se e Macau está a caminhar para uma sociedade superenvelhecida, o que afecta a estrutura demográfica, o desenvolvimento socioeconómico a longo prazo e o desenvolvimento sustentável do regime da segurança social. A redução da natalidade faz com que a dimensão da população activa, que é a fonte das contribuições para o Fundo de Segurança Social (FSS), venha a ser gradualmente reduzida, afectando as respectivas receitas. Mais, o aumento contínuo da população idosa e o ajustamento contínuo das pensões de velhice e dos subsídios, entre outros benefícios sociais, também constituem factores de pressão para as prestações do FSS.

Actualmente, as receitas do FSS provêm, principalmente, das dotações do Governo, incluindo das contribuições do jogo, participação de 1 por cento das receitas correntes do orçamento geral de cada ano e 3 por cento do saldo da execução do orçamento central. Em 2024, as receitas totais das três dotações referidas ocuparam 46,78 por cento das receitas totais do FSS e as receitas totais dos investimentos ocuparam 47,52 por cento, enquanto as contribuições dos beneficiários do FSS representaram apenas 2,87 por cento.

As receitas do FSS dependem excessivamente das dotações do Governo, o que não favorece o seu desenvolvimento sustentável e saudável. O princípio de sustentabilidade é um dos mais importantes do regime de segurança social, e significa que esta deve, por um lado, garantir as necessidades básicas de vida das gerações actuais e, por outro, ter em conta as necessidades de segurança social das gerações posteriores. De acordo com a lei do “Regime da Segurança Social”, o Governo responde solidariamente pelas prestações da segurança social, mas, mesmo assim, é ainda necessário salientar o conceito de “responsabilidade conjunta, participação racional, construção conjunta e partilha conjunta” desse regime.

Assim sendo, apresento as três sugestões seguintes:

Primeira, aperfeiçoar o mecanismo de ajustamento regular de prestações do regime da segurança social

O mecanismo de ajustamento regular de prestações do regime da segurança social entrou em vigor em 2022, e tem o facto de a taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC) acumulado atingir 3 por cento como requisito de activação do ajustamento das diversas prestações. Mas, devido ao impacto da epidemia, a taxa de

variação do IPC não atingiu o nível de ajustamento durante anos consecutivos, por isso a pensão para idosos não sofre actualizações há vários anos. No entanto, o IPC não reflecte, directamente, a pressão de vida sentida pelos idosos, e o preço dos produtos indispensáveis para a vida da população continua a subir, o que afecta directamente o nível de vida dos idosos. Sugiro ao Governo que reveja e optimize, atempadamente, o mecanismo de ajustamento regular das prestações do regime da segurança social, avalie a viabilidade do lançamento do “Índice de Preços no Consumidor para os Idosos” e da indexação da pensão para idosos ao índice mínimo de subsistência, para que o ajustamento da pensão para idosos e de outras prestações seja mais atempado, razoável e adequado às necessidades reais dos idosos.

2. Transformar, oportunamente, o Regime de Previdência Central Não Obrigatório em obrigatório

A implementação do Regime da Segurança Social e do Regime de Previdência Central não Obrigatório proporciona uma sólida garantia legal para a criação do regime de segurança social de dois níveis com características de Macau, do qual, porém, alguns trabalhadores ainda não beneficiam. Assim, espero que o Governo, consoante a conjuntura económica, converta oportunamente a previdência central não obrigatória em obrigatória, para todos os trabalhadores poderem gozar de garantias pós-aposentação de dois níveis.

3. Aperfeiçoar o mecanismo de “construção e partilha conjunta” no âmbito da segurança social

O regime de segurança social é um “estabilizador” e uma “rede de segurança” para a sociedade, e o aperfeiçoamento do respectivo sistema é conteúdo e garantia importantes para a construção de uma sociedade harmoniosa. Espero que o Governo reforce o regime de segurança social, eleve os sentidos de risco, responsabilidade e perigo da sociedade, aperfeiçoe gradualmente a estrutura das receitas do regime e adopte várias medidas para consolidar os recursos do Fundo de Segurança Social, reforçando a estabilidade e a resiliência do regime, em prol do seu desenvolvimento sustentável e saudável.

IAOD do Deputado Kou Ngon Seng em 04.11.2025

Melhorar as instalações complementares do Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias de Macau e impulsionar a integração dos jovens talentos no desenvolvimento da indústria científica e tecnológica

Obrigado, Senhor Presidente. Caros colegas, boa tarde. O tema da minha intervenção de hoje é “melhorar as instalações complementares do Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias de Macau e impulsionar a integração dos jovens talentos no desenvolvimento da indústria científica e tecnológica”.

Há dias, na 4.^a Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China, foram aprovadas as “Propostas do 15.º Plano Quinquenal”, nas quais se referem o papel orientador da inovação científica e tecnológica, e o impulsionamento conjunto do desenvolvimento de talentos na área da educação e da ciência e tecnologia. O presente Governo propôs 4 grandes projectos de construção, e a do referido Parque pode promover ainda mais o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, e também ajudar os jovens talentos de Macau a dedicarem-se ao sector da ciência e tecnologia, oferecendo oportunidades sem precedentes. Quanto à relação entre o Parque e o desenvolvimento de jovens talentos, apresento as quatro sugestões seguintes:

1. Reforçar o desenvolvimento sinérgico da indústria, da academia e da investigação, e a capacidade de investigação científica dos jovens

O referido Parque necessita de desenvolver bem as vantagens existentes dos quatro Laboratórios de Referência do Estado, dando prioridade à promoção das indústrias científicas e tecnológicas nas áreas da medicina tradicional chinesa, dos circuitos integrados, da Internet das Coisas da Cidade Inteligente, e da ciência lunar e planetária, promovendo assim o desenvolvimento integrado da indústria, da academia e da investigação. Ao mesmo tempo, sugere-se que se possa financiar e apoiar os jovens de Macau, participando no processo de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico relevante até à transformação dos resultados, proporcionando-lhes um palco importante para uma melhor participação na investigação científica de ponta e a concretização da inovação tecnológica.

2. Criar um modelo de captação de investimentos que integre as necessidades das empresas tecnológicas e a formação de jovens

Sugiro ao Governo que tome a iniciativa de captar investimentos para o Parque Industrial e, com o reforço da coordenação das políticas, da garantia da articulação das indústrias e da prestação de serviços de apoio, atraia para o Parque mais empresas tecnológicas com capacidade, a fim de promover o desenvolvimento da inovação científica e tecnológica em Macau. Ao mesmo tempo, proponho que seja prestado apoio a essas empresas na formação de jovens quadros qualificados, incentivando-as a criarem equipas juvenis de investigação científica e atraindo empresas tecnológicas com potencial a instalarem-se em Macau, para elevar a capacidade global da investigação científica de

Macau e tornar as empresas tecnológicas numa força chave para a formação de quadros qualificados e a promoção do desenvolvimento industrial.

3. Aperfeiçoar o modelo que integra o uso de terrenos para a indústria tecnológica e a captação e formação de quadros qualificados

A promoção do desenvolvimento da indústria tecnológica exige um planeamento prospectivo do uso de terrenos. Assim, sugiro uma distinção clara entre as funções de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico de Macau e as de manufactura de alta qualidade de Hengqin, criando uma conjuntura de “investigação e desenvolvimento em Macau + transformação em Hengqin”. Ao mesmo tempo, proponho a optimização da actual política de importação de quadros qualificados, com um modelo que integre o “uso de terrenos para a indústria + captação e formação de quadros qualificados” para o desenvolvimento da indústria tecnológica, para captar e reter mais profissionais de alta qualidade, nacionais e internacionais, criando assim uma aglomeração de talentos internacionais de alta qualidade, proporcionando uma força motriz forte para promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

4. Construção de uma plataforma para o desenvolvimento de talentos locais de Macau impulsionada pela indústria científica e tecnológica

A indústria tecnológica, ao atrair talentos, pode impulsionar o desenvolvimento dos talentos locais de Macau, com um duplo papel no seu fomento, aproveitando os mecanismos existentes de articulação das necessidades técnicas dos talentos locais de Macau na indústria, academia e investigação científica, para aperfeiçoar as plataformas do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Macau, como a “Plataforma Online de Bolsas de Contacto da Indústria-Universidade-Investigação”, o “Encontro Inverso de Correspondência Comercial no âmbito da Indústria, Academia e Investigação Científica da Inovação e Tecnologia entre Macau e Hengqin” e o “Roadshow e Sessão de Bolsas de Contacto da Cooperação da Indústria-Universidade-Investigação entre o Interior da China e Macau”, expandir as oportunidades de emprego na indústria tecnológica para os jovens de Macau, criar uma plataforma de desenvolvimento mais robusta, melhorar as suas capacidades globais de investigação científica e reforçar a função da indústria tecnológica de Macau no impulsionamento da diversificação adequada da economia.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 04.11.2025

Estimular o mercado imobiliário e injectar nova dinâmica no desenvolvimento económico

O sector imobiliário é o termómetro da economia, reflectindo directamente a confiança no mercado e a situação do bem-estar da população. Perante a constante queda do preço das casas em Macau, o Governo retirou, no ano passado, todas as “medidas picantes”, mas o mercado continua fraco, o que demonstra a falta de confiança na economia, o aumento dos riscos financeiros e o risco latente de os cidadãos verem a sua propriedade com valor inferior ao empréstimo.

Em termos das transacções, o padrão de escalonamento do imposto de selo não acompanha o mercado, restringindo as transacções. A entrada para os imóveis comerciais atinge 30 por cento do valor total, daí a grande pressão das empresas ao nível do capital. Já os residentes têm a entrada e as prestações a pagar, portanto, o dobro dos encargos. Assim, é premente lançar um conjunto de medidas para o mercado imobiliário, estabilizando, atempadamente, as políticas e estimulando a compra junto das pessoas com procura real por habitação.

Macau encontra-se numa fase crucial de recuperação da diversificação adequada da economia, e para concretizar o desenvolvimento sustentável da economia a longo prazo, é crucial explorar mais canais para captar capitais do exterior. Recorde-se que, em 2005, o Governo elaborou o Regime de fixação de residência temporária de investidores, quadros dirigentes e técnicos especializados que tem sido um dos meios para atrair investimento estrangeiro e otimizar os procedimentos relativos à qualificação e apreciação dos pedidos. No entanto, após ajustamento, a respectiva política centra-se apenas em “apertar”, e raramente se divulgam informações específicas e se criam canais de comunicação regulares. Segundo os dados, entre 2019 e 2023, o número de pedidos para a realização de projectos de “investimentos relevantes” foi 0, e até ao momento, apenas se registou um caso desde 2024, o que não se coaduna com o desenvolvimento económico e com o bom aproveitamento dos imóveis, tornando-se assim num mecanismo sem efeitos.

Há dias, quatro grandes cidades do Interior da China implementaram políticas de liberalização do mercado imobiliário. Em Macau, como a procura interna é limitada, há que recorrer ao efeito sinérgico, através da “política de liberalização do mercado imobiliário + política de investimento não habitacional”, para impulsionar o mercado e atrair investimento estrangeiro, com vista à retoma do mercado e da economia.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Com o encerramento de alguns casinos satélite e a saída dos serviços públicos dos edifícios comerciais, verifica-se uma desvalorização das lojas, escritórios e edifícios industriais. Assim, sugiro que o objecto do "investimento relevante" do Regime de fixação de residência temporária seja alargado aos escritórios e às lojas, entre outros imóveis não habitacionais, com a exigência de o investimento ser aplicado no desenvolvimento das

indústrias reais, com a definição de requisitos razoáveis para a contratação de locais; que se estabeleçam critérios, claros e concretos, para projectos e respectivos procedimentos, intensificando a respectiva divulgação no exterior, implementando um processo de "entrada flexível e saída rigorosa", e reforçando o processo de apreciação, aprovação e renovação dos pedidos, dando instruções claras aos investidores e atraindo investimentos relevantes do exterior.

2. Quanto à compra e venda de imóveis, sugiro ao Governo que se ajustem os critérios do imposto de selo e se reduzam as taxas de imposto para as transacções de imóveis de pequeno e médio valor, com vista a dinamizar o mercado imobiliário de segunda mão; que se relaxe a política de hipoteca de edifícios comerciais, reduzindo a proporção do pagamento inicial para menos de 20 por cento e prolongando o período de reembolso, para estimular o mercado imobiliário; que se reduza os benefícios do pagamento inicial sobre os edifícios comerciais, indexando-os aos sectores a que pertencem as empresas arrendatárias, no sentido de proporcionar melhores condições hipotecárias às empresas instaladas nos quatro principais sectores "1 + 4", aplicando uma "injecção" precisa dos recursos financeiros nos sectores-alvo.

IAOD do Deputado Chao Ka Chon em 04.11.2025

Aproveitar as vantagens únicas de Macau para potenciar a atracção e optimização da exploração global da indústria de jogos electrónicos, e impulsionar o desenvolvimento da tecnologia cultural e da economia digital de Macau

Recentemente, venderam-se mais de 10 milhões de unidades do jogo *online* “Black Myth: Wukong” nos primeiros três dias do seu lançamento. O inovador jogo de *role-playing*, com personagens visualmente cativantes e receitas impressionantes, abalou os investidores globais em tecnologia digital.

Obviamente, a escala da indústria de jogos electrónicos da China está a crescer significativamente. Apenas em Xangai, no primeiro semestre de 2025, o volume total de vendas de jogos *online* foi de 93,6 mil milhões de patacas, com um aumento homólogo de 10,8 por cento. Desse total, as vendas de jogos no exterior foram de 16,3 mil milhões de patacas, um crescimento homólogo de 11,12 por cento. As convenções e exposições mais importantes e relacionadas com essa indústria, como a *Bilibili World* e a *ChinaJoy*, atraem anualmente milhões de participantes, com lucros de mais de 4 mil milhões de patacas em consumo associado, incluindo a restauração e o comércio a retalho.

A indústria de jogos electrónicos não só cria benefícios económicos directos e abundantes, como também contribui para a inovação em indústrias relacionadas. A sua procura em áreas como a inteligência artificial, a tecnologia de gémeo digital, as plataformas de rede, a capacidade de computação e os centros de dados acelera a evolução dessas indústrias; ademais, injecta conotações culturais distintivas na cidade, constrói um ecossistema de desenvolvimento jovem e inovador, cria numerosos postos de trabalho criativos e favorece o emprego e o empreendedorismo juvenis.

Anteriormente, em colaboração com o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento (IPIM) e a Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico (DSEDTE), foi realizada uma investigação aprofundada *in loco* sobre a indústria de jogos electrónicos da China, tendo-se verificado que esta apresenta uma elevada compatibilidade com as condições únicas de Macau, possuindo vantagens de baixo custo de investimento e alta taxa de retorno, podendo ainda resolver a curto prazo os actuais problemas sociais e económicos de Macau. O sector também reconhece as vantagens objectivas de Macau, considerando adequada a sua introdução na fase inicial do desenvolvimento tecnológico de Macau. Para aproveitar plenamente as vantagens únicas de Macau, potenciar a exploração global da indústria de jogos electrónicos e impulsionar o desenvolvimento da tecnologia cultural e da economia digital de Macau, apresento as seguintes sugestões:

1. Criar entidades especializadas na captação de investimentos para as indústrias de jogos, recrutar especialistas experientes do sector de jogos do Interior da China, adoptar o modelo de operação mercantil para desenvolver os trabalhos de captação de investimentos, ajudar ponto a ponto as empresas a tratar dos assuntos de contacto preliminares relativos à

instalação de empresas em Macau, e criar, em simultaneidade, um ambiente simples composto por segmentos a montante e jusante.

2. Aproveitar as condições favoráveis de Macau, por exemplo, a baixa taxa de impostos face ao nível elevado de receitas, a ligação ilimitada da internet ao exterior, as quais sobressaem comparativamente à complexidade dos pedidos de ligação à rede exterior no Interior da China, às dificuldades das empresas do Interior da China de recorrer ao Apple Store e ao Google play entre outros recursos para conseguir o emparelhamento dos negócios, e dificuldades de circulação de capitais dentro e fora do país. Face a isto, as vantagens de Macau enquanto porto franco internacional são evidentes.

3. Quanto à cultura ocidental, existem diferenças entre Macau e no Interior da China. Em termos de indústria cultural e tecnológica, é possível impulsionar o intercâmbio entre as culturas chinesa e ocidental que vai contribuir para explorar um mercado internacional mais virado para a cultura local.

4. Desenvolver o papel de Macau como interlocutor entre a China e os países de língua portuguesa, sobretudo quanto à exploração dos mercados destes países, nomeadamente o Brasil. Na América do Sul, o Brasil é neste momento o maior mercado de jogadores do sector de jogos da China. Em cada ano a receita é de 10,4 mil milhões de patacas, e o número de jogadores nesse mercado supera os 100 milhões.

5. Realizar em Macau exposições de jogos de grande envergadura, competições de desporto electrónico, entre outras actividades, com vista a atrair mais jovens para Macau e impulsionar as receitas do turismo.

6. Criar zonas onde as indústrias relacionadas com os jogos electrónicos e figuras de desenhos animados possam desenvolver-se para restabelecer as economias dos bairros antigos com energia jovem. Construir um centro de turismo para jovens com pontos de “check-in” nas redes sociais, e com isso aumentar os postos de emprego e cultivar novas economias comunitárias, por forma a resolver, a longo prazo, o problema do fraco desenvolvimento dos bairros antigos e do encerramento dos casinos satélite.

7. Incluir nos cursos educativos as necessidades dos sectores, ou seja, abrir mais cursos profissionais específicos relacionados com os respectivos sectores.

8. Criar uma nova geração de PI (propriedade intelectual) para melhorar a imagem de Macau no desenvolvimento dos jogos electrónicos fora do âmbito dos jogos de fortuna ou azar.

9. Disponibilizar, na fase inicial do desenvolvimento das indústrias, um apoio político, incluindo subsídios para aumentar o fluxo de utilizadores dos seus *sites*, redução ou isenção das rendas, redução de impostos para as despesas de investigação e desenvolvimento, etc., e, posteriormente, ajusta-se o apoio de acordo com a situação real de desenvolvimento para garantir um início estável do sector.

10. Solicitar apoio ao Governo Central para a obtenção de políticas favoráveis ao desenvolvimento da indústria dos jogos electrónicos. O lançamento desses jogos necessita de autorização dos serviços competentes, da administração da imprensa e publicação do País. Assim, devemos promover a criação de uma via verde exclusiva para Macau facilitar a entrada das empresas neste sector, e com isso acelerar a modernização das indústrias.

Macau é um líder na Ásia no âmbito do turismo e entretenimento, pelo que, podemos ser pioneiros na captação da indústria tecnológica de jogos electrónicos e cultura, desenvolvendo esta indústria de forma pragmática, pois esta indústria pode trazer-nos benefícios imediatos no âmbito do desenvolvimento diversificado da economia, fomentando o nosso posicionamento nacional como “uma plataforma, uma base e um centro”!

IAOD do Deputado Lei Wun Kong em 04.11.2025

Urgência e operacionalidade do procedimento cautelar transfronteiriço

1. Introdução

Com o aprofundamento do intercâmbio económico e humano na Grande Baía, são cada vez mais as disputas nas áreas do comércio transfronteiriço, investimento e financiamento, propriedade intelectual, assuntos matrimoniais e familiares, entre outras. A execução transfronteiriça e as respectivas medidas de garantia de sentenças e decisões arbitrais eficientes e previsíveis desempenham um papel imprescindível na salvaguarda dos direitos e interesses legítimos das partes, na optimização do ambiente de negócios regional e no reforço da confiança no investimento.

As medidas cautelares, enquanto importantes garantias judiciais, incluem, no Interior da China, a cautela patrimonial, a conservação de provas e de actos, bem como em Macau, as medidas preventivas urgentes e provisórias asseguram a efectivação de direitos ameaçados. Por exemplo, mediante autorização do juiz, pode proceder-se à apreensão prévia, ao congelamento da conta bancária ou do imóvel do devedor em Macau/Interior da China.

No entanto, o requerimento do procedimento cautelar transfronteiriço encontra-se numa situação difícil. Mesmo que o credor tenha intentado uma acção principal em Macau ou no Interior da China, a falta, por razões de custo, entre outras, de propositura de uma outra acção principal dentro do prazo legal no local da cautela (por exemplo, não propuser a acção da qual a providência depende, dentro de 30 ou 10 dias, a contar da data da notificação da decisão que a tenha ordenado – artigo 334.º do Código de Processo Civil), as medidas cautelares aprovadas extinguem-se.

2. Premência

Segundo as estatísticas do Tribunal Popular de Nível Superior da Província de Guangdong, os tribunais dessa Província concluíram, em 2024, 2250 processos civis e comerciais de primeira instância envolvendo Macau (932 processos envolvendo a Zona de Cooperação). Regista-se um aumento constante no que respeita ao número de processos civis e comerciais de primeira instância envolvendo Macau, aliás os tribunais de toda a província encerraram 2073 processos em 2023, e tal tendência está em estreita consonância com o crescimento económico sustentado da Grande Baía e com o aumento crescente das actividades de investimento e comércio transfronteiriços.

Porém, para além da vertente da arbitragem, devido à impossibilidade de aplicar medidas cautelares eficazes além-fronteiras, os devedores têm tempo suficiente para explorar lacunas legais e transferir activos em outras jurisdições, incluindo os de Macau. Consequentemente, em muitos casos, existe um grande risco de que, mesmo quando os credores saiam como parte vencedora nos processos principais ou em sentenças declaratórias, os activos tenham sido total ou parcialmente transferidos.

3. Eficácia e operacionalidade

As medidas cautelares transfronteiriças são uma “garantia prévia” para a execução bem-sucedida das decisões judiciais. Sem o mecanismo de reconhecimento recíproco das medidas cautelares entre os dois territórios, as decisões judiciais não surtem os devidos efeitos. A cooperação no âmbito das medidas cautelares e a cooperação no âmbito da execução das decisões judiciais complementam-se, pois só assim é que se pode formar uma cadeia completa e eficaz de cooperação judiciária.

Tomemos como exemplo a cooperação judiciária em matéria civil e comercial. O “Acordo sobre a Confirmação e Execução Recíprocas de Decisões Judiciais em Matéria Civil e Comercial entre o Interior da China e a Região Administrativa Especial de Macau” e o “Acordo sobre a Confirmação e Execução Recíprocas de Decisões Arbitrais entre o Interior da China e a Região Administrativa Especial de Macau” estipulam expressamente que as decisões dos litígios em matéria civil e comercial, sejam resolvidos por via judicial ou arbitral, podem ser confirmadas e executadas quer no Interior da China quer na RAEM.

Mais, quanto ao pedido de medidas cautelares em processos arbitrais, de acordo com o “Acordo relativo à Assistência Mútua em matéria de Providências Cautelares em Processos Arbitrais entre o Interior da China e a Região Administrativa Especial de Macau”, o requerente pode, antes ou depois de apresentar formalmente o pedido de arbitragem às instituições arbitrais, requerer directamente medidas cautelares ao tribunal da outra parte, o que pode prevenir eficazmente a transferência de bens do devedor e garantir a execução das decisões arbitrais proferidas posteriormente. Porém, na prática, na maioria dos casos, as partes não têm acordos de arbitragem e só podem resolver os litígios através de acções judiciais. Por isso, a RAEM deve promover ainda mais as negociações com o Interior da China, para estender a cooperação no âmbito das medidas cautelares aos processos judiciais, com vista à obtenção de um acordo de assistência mútua e à sua implementação nesta vertente. Assim sendo, pode-se tomar como referência as disposições do acordo regional relativo à assistência mútua em matéria de providências cautelares acima referido, permitindo o requerimento de medidas cautelares processuais junto do tribunal da outra parte, quer antes quer durante o decorrer da acção judicial. Os respectivos requerimentos podem ser seguidos, e assim também se pode assegurar uma articulação estreita com os processos arbitrais, evitando a diferença temporal decorrente da confirmação de decisões proferidas noutro local, entre outros problemas, prevenindo efectivamente a transferência de bens.

4. Conclusão

Em suma, quanto à elaboração de um acordo regional sobre procedimentos cautelares entre Macau e o Interior da China, existem precedentes em termos de matérias e concepção, só que para o (o plano) concretizar há que contar com o esforço dos dois lados da fronteira. Ora, por razões semelhantes, Macau e Hong Kong têm também a necessidade de chegar um acordo de cooperação mútua.

Quanto à celebração de acordos regionais sobre medidas cautelares com o Interior da China e com Hong Kong, não se trata de uma "opção facultativa", mas sim uma "opção obrigatória". Isto não só resolve o problema urgente das práticas judiciais transfronteiriças actuais, como também é o caminho mais directo e eficaz para concretizar a articulação de regras, prevenindo eficazmente que os devedores utilizem diferentes jurisdições para transferir bens. Trata-se também de uma medida estratégica para a construção de um ambiente comercial de acordo com a lei na Grande Baía e em articulação com os padrões internacionais. Mais, trata-se de uma garantia institucional firme para a integração de Macau no desenvolvimento nacional e para a credibilidade judicial.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 04.11.2025

Implementação precisa da política de saída de trabalhadores não residentes e garantia da prioridade do acesso ao emprego dos residentes

Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, a taxa de desemprego dos residentes situou-se em 2,5 por cento no segundo trimestre de 2025, com aproximadamente 7300 indivíduos desempregados. A maioria da população desempregada, representando 68 por cento do total, concentra-se na faixa etária dos 16 a 44 anos, uma situação que requer atenção urgente.

É de referir que os dados dos inquéritos ao emprego constituem uma base fundamental para o Governo na formulação das políticas de emprego. As autoridades divulgam, regularmente, os dados sobre a situação do emprego em Macau, mas há quem entenda que os dados relativos ao desemprego não reflectem eficazmente a realidade. Assim, o Governo deve avaliar e melhorar, quanto antes, a precisão dos dados estatísticos, para garantir que estes cumprem o seu papel de base para a formulação de políticas.

Na realidade, perante a contínua situação de desemprego dos locais, o número de trabalhadores não residentes mantém-se elevado. Segundo os dados da DSAL, até finais de Setembro de 2025, existiam em Macau 183.481 TNR, excluindo os especializados e domésticos, 149.356 eram não especializados, ou seja, mais de 80 por cento do total. O Governo da RAEM tem de avaliar, quanto antes, o número de TNR contratados pelas seis empresas de turismo e lazer ou grandes empresas que estão a ocupar os postos de trabalho que os locais têm vontade e capacidade para desempenhar e quais são esses postos de trabalho, tomar medidas eficazes para colmatar o desemprego local, concretizando assim a intenção original da política de contratação de TNR para suprir, provisoriamente, a insuficiência de recursos humanos locais.

É de salientar que o emprego é o factor mais importante para a vida da população. Segundo o Presidente Xi Jinping, "o emprego é uma questão fundamental para a vida da população, está relacionado com os seus interesses vitais, com o desenvolvimento saudável da economia e da sociedade, e com a paz e a estabilidade duradoura do país". O Governo deve proceder, quanto antes, à avaliação a situação actual, lançando medidas eficazes e implementando, com precisão, a política de saída de trabalhadores não residentes, para concretizar o princípio legal de garantir a prioridade dos residentes locais no acesso ao emprego contínuo. [Nota 5]

Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. O Governo da RAEM criou, em Maio de 2025, o Grupo de Trabalho para a Coordenação da Promoção do Emprego para estudar e analisar as tendências dos recursos humanos e definir políticas e medidas destinadas à promoção do emprego dos residentes locais, bem como fiscalizar e avaliar a eficácia dos respectivos trabalhos. Sugere-se que esse grupo de trabalho elabore indicadores vinculativos, incluindo exigências aos serviços e entidades públicas a definição clara da proporção de contratação de trabalhadores residentes

em todos os projectos desenvolvidos. Estes critérios devem ser cumpridos nas obras e prestação de serviços públicos, maximizando assim o seu efeito de promoção do emprego dos residentes locais.

2. O Governo deve proceder, quanto antes, à optimização dos dados do inquérito ao emprego, nomeadamente, à recolha de dados e à conjugação dos dados interdepartamentais, divulgando ao público o andamento e os resultados dos trabalhos faseados, a fim de estender as funções dos dados do inquérito ao emprego para reflectir a realidade social e servir de fundamentos científicos para a definição da política de emprego.

3. Quanto à concretização, com precisão, da política de saída dos TNR, a sociedade espera que o Governo divulgue, quanto antes, medidas concretas, e as implemente, nomeadamente, entre as seis grandes empresas de lazer e as instituições financeiras, apurando quantos residentes estão dispostos a aceitar e quantos são capazes de ocupar os postos dos TNR. No entanto, como os postos de trabalho estão a ser ocupados por TNR, solicita-se ao Governo que defina, quanto antes, um mecanismo de saída dos trabalhadores não residentes, tendo em conta os dados obtidos, e que concretize as exigências sociais de devolver os postos de trabalho aos residentes.

IAOD do Deputado Wong Ka Lon em 04.11.2025

Fortalecer a nova economia de Macau através da digitalização e da IA para promover um novo ecossistema de emprego de alta qualidade

Para Macau, a promoção da digitalização e da IA são questões de resposta obrigatória e não de escolha múltipla. Tal permite ultrapassar o estrangulamento da estrutura industrial única de Macau, reduzindo custos e aumentando a eficiência de setores tradicionais, como o turismo e o retalho; é também fundamental para implementar o plano "1+4" e fomentar indústrias emergentes, criando simultaneamente diversas oportunidades de emprego para os jovens e para aqueles que procuram ir além das indústrias tradicionais, alargando assim os benefícios do progresso tecnológico a mais residentes de Macau.

Actualmente, a economia digital e a IA são os motores principais do crescimento económico mundial, sendo também uma ferramenta importante para promover a diversificação adequada da economia e a criação de emprego de alta qualidade. O reforço da integração entre as duas não só revitaliza as indústrias tradicionais, como também abre novas perspectivas de carreira para os residentes. É particularmente significativo que grupos de diferentes idades e profissões possam partilhar os benefícios.

A implementação do porto principal internacional de comércio digital Macau-Hengqin produziu resultados tangíveis: o grande modelo linguístico em língua portuguesa DeeCo-Model impulsionou a procura por funções algorítmicas, com as *startups* de jovens a expandirem-se de um punhado de indivíduos para equipas de dezenas de pessoas. Testemunhando o desenvolvimento contínuo de programas de formação personalizados pelo Governo para melhorar as competências de mais residentes de Macau, ao mesmo tempo que cria especificamente caminhos para as indústrias tradicionais em transformação, acredito que esta iniciativa merece apoio.

Para aprofundar o desenvolvimento, apresento três sugestões:

1. Criar cenários de IA para promover a sua aplicação de alto nível nas áreas da educação, das convenções e exposições e das finanças, bem como introduzir equipamentos de acompanhamento de IA na comunidade e nos lares de idosos, o que vai catalisar a criação de postos na área da Engenharia de Algoritmos e também postos de trabalho não especializados, como os de operação e manutenção de equipamentos, envolvendo a participação das pessoas com habilidades comuns.
2. Reforçar a formação em camadas, alargar a dimensão do programa de formação da Huawei, aumentar as “aulas de inclusão digital para idosos” e cursos nocturnos, bem como adoptar o regime “primeiro contratação, depois formação” e o modelo “básico + avançado”, para as pessoas de diferentes níveis se adaptarem rapidamente aos postos de trabalho.
3. Promover a integração geral da IA, proporcionar, gratuitamente, ferramentas de formação de IA para os sectores da restauração e do turismo, construir uma plataforma de

desenvolvimento para todos, bem como apoiar as donas de casa e os profissionais liberais na incubação de pequenos projectos, alargando os canais para o trabalho flexível.

A digitalização e a IA constituem uma obra sistemática que envolve “tecnologia + indústrias + emprego para todos os grupos”. Com a sinergia entre o Governo e as empresas, Macau vai conquistar um lugar nas novas “pistas de corridas”, injectando uma dinâmica duradoura na diversificação económica e na melhoria da qualidade de vida da população.

IAOD do Deputado Ho Kevin King Lun em 04.11.2025

Combinar o património intangível, a cultura e o turismo, para atrair os turistas a consumir nos bairros comunitários

Nos últimos anos, várias cidades tornaram-se famosas como novos destinos turísticos graças às redes sociais: Zibo, de Shandong, sobressaiu pelo churrasco; Quanzhou, de Fujian, pela arte de coroas de flores; Altay, de Xinjiang, pela série “A Minha Altay”; e Kaifeng, de Henan, pela experiência palaciana imersiva e trajes tradicionais da etnia Han. Estas cidades, antes despercebidas no mapa turístico, em pouco tempo conseguiram atrair turistas jovens, através dos seus únicos patrimónios intangíveis, e experiências gastronómicas ou visuais, que são divulgados em *videoclips* e redes sociais. Em resultado, a economia dinamizou-se, e a diversidade dos encantos das cidades chinesas é conhecida por mais pessoas.

A fama rápida dessas cidades é indissociável de condições objectivas favoráveis, e o mais importante é o factor humano, isto é, os governos locais foram perspicazes, tiraram proveito do fluxo da *internet*, e criaram e publicitaram a imagem turística, bem como melhoraram os trajectos turísticos de excelência, potenciaram os valores culturais, e combinaram os recursos turísticos e os patrimónios intangíveis para criar produtos característicos. Mais, impulsionaram a optimização dos serviços públicos e do ambiente. Também realizaram formação para os comerciantes atenderem às necessidades e paladares dos turistas de diferentes regiões. Assim, transformaram as experiências turísticas em valores humanos e emocionais, e alcançaram o desenvolvimento sustentável, passando de “fama virtual” para “fama permanente”.

Para além de ser o “Centro mundial de turismo e lazer” internacionalmente reconhecido, Macau possui ricos recursos históricos e culturais, e o seu encanto único demonstra-se com os conjuntos em que há a coexistência do oriente e do ocidente. Em Outubro deste ano, foram inscritas na Lista do Património Cultural Intangível 12 novas manifestações, que incluem a confecção de pastéis de nata, de biscoitos de amêndoa, de bolos de casamento tradicional chinês e de massas de “jook-sing”, o que injecta nova dinâmica na “Cidade de Gastronomia”, constituindo, em conjunto com um grupo de hotéis de escala internacional e com a realização dos grandes eventos desportivos, como Grande Prémio, a Maratona Internacional, etc., um atractivo turístico diversificado. Mas os turistas concentram-se principalmente nas zonas turísticas tradicionais, e falta ânimo ao consumo nos bairros comunitários. Veja-se o exemplo dos feriados do Dia Nacional e do Festival da Lua: apesar de 1 milhão e 144 mil turistas terem entrado em Macau, os lojistas nos bairros comunitários em geral consideram fracos quer o fluxo de pessoas quer os negócios.

Assim, sugiro:

1. aprofundar a fusão entre o património intangível e o turismo, aumentando a experiência cultural. Sugiro a realização periódica de actividades gastronómicas no âmbito do património intangível, como a confecção experimental dos biscoitos de amêndoa e das massas de “jook-sing”, e competições de cozinha da Grande Baía ou de intercâmbio

internacional de culinária, a fim de atrair a participação e o intercâmbio dos cozinheiros de todo o mundo. Há que recorrer a vídeos de curta duração e às redes sociais para publicidade, divulgando o turismo diversificado como imagem de Macau, e formar quadros qualificados locais, promovendo a optimização das indústrias da área gastronómica.

2. Concentrar-se nas necessidades dos turistas e optimizar os serviços prestados de forma detalhada. Macau está a atrair, gradualmente, turistas internacionais de alto nível, mas alguns lojistas não têm conhecimento suficiente sobre as diversidades culturais. Sugiro ao Governo que acelere o apoio às produções locais na certificação dos alimentos *Halal*, para enriquecer o leque de escolhas e atrair mais clientes.

3. Atrair os visitantes a consumirem nas zonas comunitárias e restabelecer a vitalidade. Sugiro a optimização do trânsito nos bairros antigos, criando *shuttle-buses* entre as zonas comunitárias, e a introdução do património cultural nos itinerários turísticos, com vista a aumentar a exposição e a acessibilidade das zonas. Ao mesmo tempo, devem ser lançados “cupões de consumo específicos para as zonas comunitárias”, destinados exclusivamente às lojas de petiscos e de lembranças típicas, a fim de levar os visitantes para estas zonas, criando um círculo virtuoso de “preços acessíveis para os visitantes, aumento do fluxo de clientes e vitalidade nas zonas comunitárias”.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 04.11.2025

Reforçar o papel da plataforma para elevar a competitividade da cidade

Nos últimos anos, o Governo tem promovido activamente a estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1+4”, focando-se no turismo integrado para, em articulação com as quatro novas áreas, isto é, indústria da medicina tradicional chinesa, actividades financeiras modernas, indústrias das altas e novas tecnologias e indústria de convenções, exposições e comércio, criar uma estrutura industrial diversificada, e, assim, elevar a resiliência e a capacidade de desenvolvimento sustentável da economia local. Esta estratégia responde ao posicionamento funcional de Macau definido no 14.º Plano Quinquenal do País, e é um rumo inevitável para a reconversão e valorização da estrutura económica local. Para que as indústrias “1+4” possam realmente enraizar-se e surtirem os devidos efeitos, é necessário haver sinergias resultantes da orientação das políticas, da criação de regimes e da distribuição dos recursos, para promover a integração profunda da cadeia industrial, de talentos e do capital, a fim de construir um ecossistema industrial competitivo.

Macau, com uma economia aberta, dispõe das vantagens institucionais de “um país, dois sistemas”, de porto franco com baixa tributação e de zona aduaneira autónoma, e deve, antes de mais, maximizar as suas potencialidades em termos de atracção de investimento estrangeiro, promoção da inovação e da cooperação transfronteiriça, mas, as micro, pequenas e médias empresas locais continuam a enfrentar muitos desafios em termos de fluxo de capitais, estrutura de talentos e expansão do mercado. Algumas indústrias emergentes ainda se deparam com limitações de desenvolvimento, devido à insuficiência de apoio financeiro e à imperfeição dos respectivos regimes. Face à reestruturação da cadeia industrial mundial e à intensificação da concorrência regional, Macau deve aproveitar, de forma flexível, as diversas políticas e instrumentos para reforçar os efeitos sinérgicos entre as indústrias de “1+4”, com vista a elevar o dinamismo global do ambiente de negócios e a competitividade da economia virada para o exterior.

Com a evolução constante da conjuntura económica internacional, para avançar na nova ronda de desenvolvimento regional, Macau deve aproveitar as suas próprias características, e, assim, consolidar e desenvolver o seu papel de plataforma, elevando a eficiência da alocação de recursos. A promoção da construção do sistema financeiro moderno, a captação de quadros qualificados do exterior de alto nível, o aprofundamento das funções da plataforma sino-lusófona e a revitalização dos recursos imobiliários são suportes indispensáveis para promover a diversificação das indústrias “1 + 4” e, também, um ponto fulcral para concretizar o desenvolvimento de alta qualidade de Macau.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Aperfeiçoar o mecanismo de captação de quadros qualificados do exterior. Ao salientar o reforço da formação de quadros qualificados locais e a promoção do regresso dos quadros no exterior para Macau, há que dar mais importância à atracção e congregação de quadros qualificados não locais. O processo de desenvolvimento das indústrias locais, desde

a pesca tradicional e indústria artesanal até ao comércio moderno, demonstra que cada *upgrade* industrial é indissociável da integração activa da inteligência e da força laboral do exterior. Sugiro que se crie um mecanismo aberto e inclusivo de captação de quadros do exterior, com foco na optimização das políticas de quadros em áreas-chave, e complementado com garantias competitivas no âmbito de vistos, impostos e serviços, a fim de atrair amplamente profissionais nacionais e internacionais para Macau, formando assim um ecossistema virtuoso em que os quadros locais e do exterior se complementem e colaboram mutuamente, em prol de um suporte sólido para o desenvolvimento a longo prazo e a diversificação adequada da economia de Macau.

2. Aperfeiçoar a criação de um sistema financeiro moderno. Em relação a esta questão é preciso reforçar a supervisão e o desenvolvimento; optimizar o mecanismo de aplicação da reserva do Governo; estudar a aplicação desta na diversificação adequada das indústrias e aumentar a eficiência da utilização dos recursos financeiros; promover a criação do mercado de títulos e desenvolver os títulos verdes e de tecnologia, bem como estudar a atribuição de subsídios e apoios políticos adequados, para mostrar, de forma plena, o plano geral do Governo para promover o desenvolvimento financeiro moderno e aperfeiçoar o sistema de serviços financeiros, concretizando, assim, a integração orgânica entre a supervisão e o desenvolvimento.

3. Lançar medidas concretas para alargar o papel de plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Com vista a implementar a política de “alargamento das funções da plataforma entre a China e os PLP” definida no 14.º Plano Quinquenal Nacional, e as exigências apresentadas pelo Presidente Xi Jinping sobre a criação de uma plataforma de alto nível para a abertura ao exterior, proponho o seguinte: em conjugação com o mecanismo de cooperação entre o sector bancário de Macau e o Fundo entre a China e os PLP, clarificar melhor o apoio ao desenvolvimento do serviço de dívidas “da Flor de Lótus”, aprofundar a comunicação e a cooperação consultiva com os Países de Língua Portuguesa, apoiar as empresas a expandirem os mercados aos Países de Língua Portuguesa, alargar a amplitude e a profundidade da cooperação em investimentos e financiamento entre a China e os PLP e desenvolver melhor as funções de Macau como Plataforma de Serviços Financeiros entre a China e os PLP e elevar a competitividade no mercado internacional.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 04.11.2025

Optimizar as medidas de transporte público em condições meteorológicas adversas e elevar a imagem de Macau como cidade turística

Face às alterações climáticas globais e à ocorrência frequente de tufões, entre outros fenómenos meteorológicos extremos nos últimos anos, Macau, enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer, deve estar preparado para as adversidades e definir, quanto antes, os respectivos mecanismos, para garantir que os serviços prestados sob condições meteorológicas adversas atinjam os padrões internacionais e aumentar a confiança dos visitantes em relação às instalações complementares do turismo de Macau. O trânsito nos postos fronteiriços de Macau é a primeira impressão que os visitantes têm sobre Macau, assim, as medidas de transporte público em condições climáticas adversas definidas de forma sistemática poderão garantir o bom funcionamento dos postos e aumentar o seu sentimento de segurança em relação aos trabalhos de protecção civil e aos transportes públicos apropriados, aumentando o seu entusiasmo por visitar Macau. Na “semana dourada de Outubro”, com sinal 8 de tufão, registou-se um grande número de visitantes retidos na zona de espera de táxis provisória do Campo dos Operários das Portas do Cerco, tendo os agentes policiais e pessoal da protecção civil envidado todos os esforços para prestar todo o tipo de apoio aos visitantes, o que merece o nosso elogio.

Muitos residentes perguntam por que é que os turistas do Interior da China continuam a visitar Macau durante a passagem de tufões. É necessário esclarecer que o mecanismo de classificação de tempestade tropical no continente é diferente do de Hong Kong e de Macau, com os níveis mais elevados a serem divididos em tufão, tufão severo e super tufão, em vez dos sinais n.º 8, n.º 9 e n.º 10. Para além disso, em muitas regiões do País, são adotadas medidas flexíveis para responder às condições meteorológicas adversas, sendo as decisões de suspensão do trabalho, das actividades comerciais e das aulas anunciadas oficialmente, em vez de serem implementadas directamente com base nos sinais de tufão. Devido às diferentes medidas adoptadas e à divulgação insuficiente de informações sobre a suspensão do funcionamento dos postos fronteiriços e dos transportes públicos face às condições meteorológicas adversas em Macau, os turistas do continente continuam a sua visita conforme planeado.

Para além de manter o funcionamento eficaz do actual mecanismo de protecção civil, a fim de otimizar a experiência de deslocação dos turistas em condições meteorológicas adversas, o Governo deve, com a maior brevidade, estabelecer um mecanismo aperfeiçoado sobre os condicionamentos do trânsito e permitir que o público tenha acesso atempado às informações relevantes. Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Prestar serviços de deslocação mais adequados aos turistas durante condições meteorológicas adversas. Proponho ao Governo que defina instruções para a prestação de serviços de táxis especiais durante a passagem de tufões, nomeadamente para responder às necessidades dos turistas nos principais postos fronteiriços, hotéis ou hospitais. É de reconhecer que, no início de Outubro, o Chefe do Executivo autorizou a circulação de

automóveis ligeiros na Ponte Macau durante o sinal n.º 8 de tufão, o que constitui um passo importante para a circulação do trânsito em condições meteorológicas adversas, pois isso vai facilitar as deslocações dos residentes e turistas entre Macau, Taipa e Coloane.

2. Criar um mecanismo de incentivo razoável para os taxistas que trabalham durante os tufões. Sugiro que o sector e a sociedade cheguem a um consenso, tal como acontece com os restaurantes que cobram mais 30% durante os feriados obrigatórios, da mesma forma, os taxistas que estejam dispostos a trabalhar em condições meteorológicas adversas podem cobrar uma tarifa adicional de 10% por cada viagem, isso, não só vai ajudar a mitigar a má imagem devido à “cobrança abusiva de tarifas”, como também pode incentivar o sector dos táxis a envidar esforços para satisfazer as necessidades de deslocação dos turistas durante as condições meteorológicas adversas.

3. Assegurar que as informações sobre o ajuste especial dos transportes públicos cheguem, de forma bem-sucedida, aos canais habituais que os turistas do Interior da China usam. Pode-se recorrer aos aplicativos móveis locais e do Interior da China, redes sociais, grandes ecrãs nos postos fronteiriços e hotéis, etc., a fim de anunciar, com antecedência, os impactos do tempo ao nível das deslocações, dando, em tempo real, aos residentes e turistas as informações sobre a suspensão e a retoma dos transportes. Mais, há que recorrer às empresas de telecomunicações para divulgar, de forma imediata e junto dos turistas que entrem em Macau, as informações sobre o ajuste dos transportes públicos durante as condições meteorológicas adversas, aumentando a cobertura da sua divulgação oportuna.

Espera-se que o Governo continue a fazer balanço das experiências, estudando mais soluções viáveis para o ajuste dos transportes públicos durante as condições meteorológicas adversas, a fim de, através de uma organização científica e institucionalizada, aumentar a imagem de Macau enquanto cidade turística, consolidando a base para a construção de uma zona turística e cultural a nível internacional.

IAOD do Deputado Lee Koi Ian em 04.11.2025

Planear melhor a utilização de táxis acessíveis para satisfazer as necessidades das pessoas

Boa tarde a todos! O tema da minha intervenção de hoje é otimizar os serviços de táxis acessíveis, para responder efectivamente às necessidades urgentes das pessoas com mobilidade reduzida.

Há dias, durante uma sessão de auscultação das opiniões da população, alguns participantes afirmaram o seguinte: face ao agravamento da tendência de envelhecimento da população, não só as pessoas com deficiência, mas as com mobilidade reduzida, como os idosos, as grávidas e os pós-operatórios reabilitados, entre outros, têm necessidades cada vez mais elevadas em relação a uma deslocação segura, independente e conveniente. Mas, nas horas de ponta ou em determinadas vias públicas, estes deparam-se sempre com dificuldades em arranjar táxi, ou com problemas como as longas filas de espera e a falta de qualidade dos serviços, o que afecta gravemente as suas deslocações diárias e a sua qualidade de vida.

Segundo os dados do IAS, até Junho deste ano, os titulares do cartão de registo de avaliação de deficiência atingiram 19 283 pessoas, sendo 5969 portadoras de deficiência física e 6087 de deficiência auditiva, ou seja, 30 por cento por cada uma, e mais de 60 por cento dos deficientes físicos eram idosos com mais de 65 anos. No entanto, menos de 1 por cento dos 1750 táxis existentes em Macau são acessíveis, portanto, é evidente o desequilíbrio entre a oferta e a procura, e há que resolver, urgentemente, este problema.

Assim, apresento as três sugestões seguintes:

Primeira, colmatar a lacuna na oferta, e reforçar o suporte de dados e a garantia das instalações. Sugiro que os serviços competentes realizem, com o sector dos transportes, um estudo sobre a situação de utilização dos táxis acessíveis, com estatísticas sobre, por exemplo, o número médio diário de chamadas, os pontos mais procurados para o embarque e desembarque, e o tempo médio de espera, assegurando assim o aumento oportuno do número dos táxis, orientado pela procura; e criem um mecanismo de inspecção periódica, para garantir que as instalações livres de barreiras estejam sempre em boas condições, construindo uma base sólida de serviços a partir do *hardware*.

Segunda, otimizar o modelo de serviços, integrando-o no sistema de trânsito inteligente. Há que incentivar a Companhia de Rádio Táxi a criar uma "zona sem barreiras" na aplicação existente, disponibilizando opções de serviços como lugares para cadeiras de rodas, bebés e acompanhantes; e desenvolver, em conjunto, uma "plataforma de chamada de táxis amiga dos idosos", com ícones grandes e interface de operação simplificada, que apoie as chamadas de táxis por voz, para os idosos que não estão familiarizados com a tecnologia poderem fazer facilmente chamar táxi.

3. Reforçar as acções de sensibilização para elevar o grau de conhecimento sobre os serviços. Sugere-se que se desenvolvam, através do website do Governo, da divulgação comunitária e dos cursos dos centros de idosos, acções específicas de divulgação sobre os serviços de táxis sem barreiras, para apresentar detalhadamente o fluxograma das chamadas de táxis, os critérios para as suas tarifas e a respectiva linha aberta, para que mais pessoas possam conhecê-los e usá-los, evitando assim desperdício de recursos.

Os transportes sem barreiras demonstram que há uma civilização urbana, mas são também uma importante base de garantia para uma participação igual dos grupos vulneráveis na vida social. Espera-se que o Governo dê importância a esta solicitação e que, em conjunto com o respectivo sector, avance rapidamente com as referidas medidas, para que todos os cidadãos se possam deslocar com facilidade e sem preocupações, concretizando assim uma experiência de deslocação sem barreiras e fácil.

IAOD do Deputado Lam Fat Iam em 04.11.2025

Exploração dos recursos históricos e culturais da Ilha de Hengqin e promoção do desenvolvimento integrado da cultura Macau-Hengqin

Hengqin é uma bela ilha ecológica com história e cultura, com a primeira actividade humana a remontar ao final da idade do neolítico, há 5000 anos. As ruínas de Chuk Sha Wan, na Ilha de Hengqin, eram um local importante para as actividades humanas antigas no final do período neolítico, sendo actualmente uma unidade provincial de conservação do património cultural da província de Guangdong. As ruínas provam que os antepassados da nação chinesa viviam em Hengqin há cerca de 5000 anos, e que o tipo e a forma das relíquias culturais desenterradas eram semelhantes às das ruínas da era neolítica, como na Areia Preta, em Coloane, e em Shum Wan na ilha de Lantau, em Hong Kong. De facto, do ponto de vista histórico-geográfico, Hengqin é um ponto importante de atracção do canal de Shizimen, e a zona de Shizimen era um ponto importante da Rota Marítima da Seda. Antes da abertura de Macau, em meados do século XVI, Hengqin era um importante ponto de ligação nas rotas marítimas comerciais, por isso, Macau e Hengqin, ligados por Shizimen, são uma comunidade histórica. Hengqin esteve intimamente ligada a Macau entre as dinastias Ming e Qing e a época moderna, tendo-se tornado uma parte importante da história da reforma e abertura de Zhuhai. A sua história, a sua geografia, a sua economia, a sua sociedade, a sua fisionomia cultural, etc., sofreram e estão a sofrer mudanças radicais. No meio das mudanças no tempo e no espaço, ficaram muitos vestígios e documentos históricos preciosos, de arqueologia, história, cultura, crenças e costumes.

Em suma, Hengqin possui uma longa história e ricos recursos culturais, tendo uma origem histórica e cultural idêntica à das outras regiões da Grande Baía. O planeamento e o desenvolvimento de Hengqin devem ter mais em conta a história e a protecção da cultura. Macau e Hengqin devem trabalhar juntos para promover o estudo da história e da cultura de Hengqin, para investigar a sua origem histórica e o seu processo de desenvolvimento e verificar a relação histórica inseparável entre Macau e Hengqin, e, com base nisto, explorar os recursos históricos e culturais de Hengqin, envidando esforços para apoiar o seu desenvolvimento através da cultura, construindo uma Hengqin cultural, cujo desenvolvimento se integrará com o de Macau cultural.

A integração cultural entre Macau e Hengqin é um elemento essencial para o seu desenvolvimento integrado, permitindo um desenvolvimento mais completo e abrangente de Hengqin e que Macau e Hengqin encontrem mais pontos comuns na história e na cultura, em prol da promoção da identidade cultural da população dos dois territórios. Tendo em conta as profundas relações históricas e o apoio político sistemático, proponho promover a integração cultural entre Macau e Hengqin através dos seguintes quatro aspectos, criando uma “comunidade cultural entre Macau e Hengqin” diversificada e integrada:

1. Partilha do Património Cultural: explorar, proteger, exhibir e divulgar em conjunto o património histórico e cultural comum de Macau e Hengqin, interligando, por exemplo, o “Sítio de Hác Sá” e o “Sítio Arqueológico Duna Chisha”, construindo um corredor marginal

entre as duas margens do rio e retratando a cultura da Rota Marítima da Seda, a cultura comercial e a das fontes, etc.

2. Criação conjunta de espaços culturais: em cooperação, construir museus, galerias de arte e teatros, entre outras instalações culturais. O Governo está a planear activamente a construção de um “bairro internacional turístico e cultural integrado de Macau”, cujo projecto deve ter em conta o desenvolvimento dos espaços culturais de Hengqin existentes e futuros, bem como a desenvolver de forma coordenada os recursos para criar, em conjunto, um novo marco cultural de Macau e Hengqin.

3. Criação conjunta de marcas culturais: promover a circulação bilateral de actividades culturais entre Macau e Hengqin; criar em conjunto, através da partilha de espaços, da complementaridade de recursos e da partilha de mercados, festivais culturais, exposições artísticas e produtos de artes performativas, entre outras marcas culturais com influência internacional.

4. Formação conjunta de talentos culturais: o desenvolvimento global de Macau e da Ilha de Hengqin necessita tanto de *hard power* tecnológico como de *soft power* cultural, para que a ciência e tecnologia e o estudo de humanidades possam juntos voar mais alto. Há que aproveitar a construção da cidade (universitária) de ensino internacional para criar um mecanismo eficiente de longo prazo para a formação de talentos na área cultural.

A “Integração cultural” é, essencialmente, a criação de maiores valores culturais e de vínculos afectivos através da inovação institucional, sob a premissa do respeito pelas diferenças. Em suma, a integração cultural entre Macau e Hengqin não deve resultar de uma simples sobreposição cultural, mas, sim, de uma profunda integração baseada nas suas origens históricas, nas necessidades reais e no desenvolvimento futuro. A ilha de Hengqin é um lugar histórico e cultural, e, quando partilhamos com ela a história, o espaço, a organização conjunta de eventos, o debate de políticas e a criação conjunta de marcas, a integração cultural entre Macau e Hengqin irá dar um novo impulso ao desenvolvimento da diversificação adequada da economia, e proporcionar novas práticas para a inovação cultural em Macau sob o princípio “Um País, Dois Sistemas”.

IAOD do Deputado Lao Chi Ngai em 04.11.2025**Questões e sugestões sobre os postos de carregamento para veículos movidos a novas energias**

Para concretizar a expectativa que o Chefe do Executivo, Sr. Sam Hou Fai, espera dos Deputados para potenciar mais o papel da Assembleia Legislativa como interlocutor fundamental, o Deputado Lee Koi Ian e eu organizámos duas «Sessões de Auscultação das Preocupações da Comunidade e da Opinião Pública» consecutivas na semana passada (29 de Outubro), que contaram com a participação de quase 200 representantes de aproximadamente 178 associações. Muitos residentes levantaram questões relacionadas com o carregamento de veículos movidos a novas energias durante essas sessões. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para partilhar várias opiniões convosco. No contexto do rápido desenvolvimento da indústria de veículos movidos a novas energias no Interior da China, o Governo da RAEM tem respondido activamente, desde 2022, às metas de neutralidade de carbono, introduzindo uma série de políticas. De acordo com os respectivos dados, até Agosto de 2025, o número de veículos eléctricos em Macau ultrapassou os 15 mil, um aumento de 42 por cento em relação ao Agosto do ano passado, com uma taxa média de crescimento mensal de 3 por cento. Os veículos movidos a novas energias estão a tornar-se cada vez mais comuns em Macau. Porém, existem aqui alguns problemas em termos de instalações complementares e políticas de apoio a estes veículos, as quais necessitam de melhorias. Primeiro, os custos de carregamento em Macau são mais elevados do que nas regiões vizinhas; segundo, os procedimentos para a instalação privada de postos de carregamento são complicados e dispendiosos; terceiro, o fornecimento de postos de carregamento em conformidade com as «normas nacionais chinesas», «normas europeias» e «normas japonesas» em parques de estacionamento públicos é desigual. Para o efeito, apresento as seguintes sugestões:

Primeira, otimizar os procedimentos regulamentares e administrativos para a instalação dos postos de carregamento privados, reduzir as despesas das obras e incentivar os proprietários de veículos que têm condições para os instalarem a fazê-lo. Mais, sugiro ao Governo que aperfeiçoe o respectivo plano, reforçando, a partir da fonte, o fornecimento das instalações eléctricas.

Segunda, realizar uma avaliação dinâmica e estudos para baixar adequadamente a tarifa de carregamento público e privado, e os custos diários dos proprietários.

Terceira, estudar o aumento adequado do número de postos de carregamento públicos e privados; rever a situação da sua utilização já em funcionamento; estudar a instalação de equipamentos de carregamento que permitem a troca ou a utilização simultânea dos padrões nacionais, europeus e japoneses; satisfazer as necessidades dos utilizadores de diferentes modelos de veículos e maximizar a eficácia dos postos de carregamento.

IAOD dos Deputados Leong On Kei e Ma Chi Seng em 04.11.2025

Promover, enquanto Cidade Cultural da Ásia Oriental, a integração profunda e a modernização das indústrias culturais de Macau

Com o Governo a promover a diversificação adequada da economia “1+4”, as indústrias culturais tornaram-se uma componente essencial. O Governo apresentou, no 2.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da RAEM e no Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia (2024-2028), o conceito “Macau Cultural”, que se traduz numa concepção de alto nível e em orientações políticas em prol do desenvolvimento das indústrias culturais. Quanto ao 3.º Plano Quinquenal, as autoridades devem aproveitar o estatuto de “Cidade Cultural da Ásia Oriental”, para um alinhamento com o planeamento industrial especializado, promovendo a integração profunda entre os sectores da cultura, do turismo, do desporto e da tecnologia, e reforçando, de forma abrangente, as indústrias culturais e a sua influência global, transformando a cultura de um mero “marco” num “motor” que impulsiona o desenvolvimento urbano, reforçando assim o papel de Macau na construção da China como uma nação cultural forte.

As indústrias culturais de Macau estão enraizadas numa história de diversidade e harmonia, portanto, há que potenciar mais o cerne cultural, promover a integração profunda entre as indústrias culturais e criativas e as indústrias tradicionais, e apoiar a modernização do património intangível. Sobre a melhoria da experiência turística, nos últimos anos, o turismo de misticismo tornou-se moda entre a geração Z e as famílias jovens, que procuram experiência cultural e espiritual. Macau pode combinar a economia das redes sociais, a leitura da sina, e o horóscopo chinês, para criar produtos turísticos imersivos, com profundidade cultural e entretenimento, bem como recorrer à inteligência artificial para recomendar, à medida dos turistas, templos, monumentos e restaurantes, e tirar proveito da simbiose com as indústrias culturais e criativas, para tornar o turismo cultural mais divertido, aumentando-se assim a clientela. Além disso, o Governo deve reforçar a cooperação com as universidades, as instituições culturais e as associações industriais, e criar um sistema de participação diversificada, para promover a divulgação e a confiança cultural. Assim, as indústrias culturais e criativas estão presentes não só “no mercado”, como também “no coração”, e alcança-se uma dupla meta, isto é, a reconversão e valorização económica e a prosperidade social e cultural.

A cooperação inter-regional é a chave para a valorização da indústria cultural de Macau, e a Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin proporciona um espaço de expansão para essa indústria. O modelo actual, como “actividades culturais, convenções e exposições realizadas e organizadas em conjunto pelas duas regiões”, já demonstrou resultados. No futuro, deve-se aperfeiçoar ainda mais o mecanismo de coordenação entre Hengqin e Macau, criando políticas de longo prazo e estabelecendo um sistema de articulação de projectos, de modo a criar uma marca cultural e um centro de inovação com influência internacional. Mais, deve-se reforçar a ligação e a colaboração com outras cidades da Grande Baía ao nível de inovação e criatividade, reforçar a partilha de recursos e o intercâmbio técnico, aproveitar plenamente as vantagens de Macau como plataforma de intercâmbio cultural e promover a criação conjunta de conteúdos culturais

regionais, bem como a partilha de resultados, a fim de impulsionar a valorização da cadeia industrial cultural regional e, conseqüentemente, contribuir para a divulgação global do *soft power* do país ao nível cultural.

José Maria Pereira Coutinho

“Políticas estruturantes para resolução do desemprego especialmente o desemprego juvenil e a recuperação do poder de compra dos trabalhadores incluindo os trabalhadores da função pública ”

A perda de poder de compra dos trabalhadores das classes mais vulneráveis incluindo os trabalhadores da função pública está a resultar no estreitamento da classe média e a aumentar o fosso entre os ricos e os pobres. Estes problemas têm merecido a nossa maior atenção sendo necessárias medidas urgentes para inverter o actual cenário nomeadamente a actualização salarial dos trabalhadores da linha de frente da função pública.

Sabemos que crescimento assimétrico derivado do rápido desenvolvimento económico de Macau nem sempre beneficiou todos os sectores da sociedade de forma igual resultando numa "má distribuição de rendimentos" reflectidos em manter baixos os salários de grupos de trabalhadores mais vulneráveis.

Cada vez mais, os licenciados locais enfrentam desafios significativos na procura do seu primeiro emprego resultante de um prolongado desequilíbrio entre a formação académica e as necessidades do mercado de trabalho,. As autoridades competentes têm vindo a promover paulatinamente a "substituição da mão-de-obra importada" e a considerar a eficácia da localização da mão-de-obra como critério aquando da renovação de licenças de jogo.

Contudo, estas medidas têm sido insuficientes face aos desafios do aumento do desemprego e o desaparecimento dos casinos satélites bem como a forte concorrência dos mercados adjacentes.

No âmbito das políticas do emprego as instituições de ensino superior devem colaborar estreitamente com as concessionárias do jogo, empresas com fundos públicos e as PME para que os currículos do ensino superior sejam ajustados para adaptar às necessidades reais do mercado local.

O nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos tem recebido cada vez mais pedidos de familiares com dificuldades de empregabilidade que são cada vez mais reais e estruturantes.

O sucesso destas iniciativas dependerá da implementação concertada das medidas e das capacidades das autoridades competentes de conseguir implementar uma base comercial e industrial diversificada abrangendo todas as pessoas de todas as comunidades que se encontram desempregados.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 04.11.2025

Criar um mecanismo de “tolerância a falhas”, incentivando os trabalhadores da Função Pública a terem a coragem de inovar

Nos últimos anos, o mundo entrou numa fase de instabilidade política e económica, e Macau, enquanto microeconomia de modelo único, com características meramente externas, não conseguiu escapar às dificuldades, por isso, a criação de uma cidade resiliente tornou-se um tema a enfrentar directamente por Macau, nomeadamente, como dinamizar, de forma aprofundada, a vitalidade da cidade, é uma das prioridades do novo Governo da RAEM. Assim, no início de Abril de 2025, o Chefe do Executivo propôs à equipa dos trabalhadores da Função Pública a filosofia da “coragem em cinco aspectos”, isto é, actuar corajosamente, através de tentativas, iniciativas arrojadas, correcções, quebras e criações, a fim de impulsionar a mentalidade dos trabalhadores sobre a inovação e a reforma.

Embora os titulares dos principais cargos do Governo, liderados pelo Chefe do Executivo, tenham manifestado a sua determinação em promover a reforma da equipa dos trabalhadores da Função Pública, essa reforma ainda se encontra numa fase inicial e, na realidade, não existem leis nem garantias para a mesma, a fim de proporcionar mais espaços para os trabalhadores da linha da frente inovarem activamente. Para que os trabalhadores da Função Pública sejam estimulados a agir com coragem e a inovar, a criação de um mecanismo de “tolerância a falhas” é o ponto-chave da reforma da administração pública.

De facto, o Governo limita-se a efectuar ajustamentos administrativos fundamentais nos regimes regulamentadores dos serviços públicos, o que não demonstra a sua determinação de fazer uma reforma na administração pública. Quando Macau enfrenta dificuldades ou problemas na administração pública, os procedimentos de avaliação interna não podem convencer o público nem salvaguardar plenamente os direitos e interesses dos funcionários públicos da linha da frente responsáveis pela implementação das políticas.

Veja-se as práticas de Hong Kong, outra Região Administrativa Especial. No caso da ocorrência de falhas operacionais durante os processos de aquisição, há lugar, de imediato, à identificação de quaisquer falhas processuais e à rectificação oportuna das políticas pertinentes. Isso permite ao público e aos serviços públicos terem acesso a orientações claras e a aprenderem com tais incidentes. Hengqin, enquanto essencial zona piloto do aprofundamento da cooperação entre Guangdong e Macau, também promulgou, em 8 de Fevereiro de 2023, as Normas para a promoção do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, que definem o estabelecimento de um “mecanismo de tolerância a erro e isenção de responsabilidade”.

Nos termos do artigo 5.º das Normas: “A Zona de Cooperação deve ser pioneira em inovações ousadas, projectos-piloto e exploração independente em áreas-chave e

momentos críticos da reforma e abertura... A Zona de Cooperação deve estabelecer um mecanismo de tolerância a erro e isenção de responsabilidade... Quando não tiver sido procurado qualquer ganho pessoal ou não tiver ocorrido qualquer conluio malicioso para prejudicar o interesse público, as repartições e indivíduos pertinentes serão isentos de responsabilidade”. A Zona de Cooperação recorre às disposições específicas para incentivar os funcionários públicos dentro da Zona a propor, activamente, políticas inovadoras, salvaguardando plenamente os direitos e interesses fundamentais das repartições e dos indivíduos.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Para incentivar os funcionários a ter a coragem de inovar, há que clarificar, através de leis e regulamentos, o âmbito da exclusão de responsabilidade no mecanismo de “tolerância a falhas” e o accionamento da exclusão de responsabilidade, no sentido de garantir a concretização, nos órgãos administrativos, da filosofia sobre a coragem em cinco aspectos, formulada pelo Chefe do Executivo.

2. Além da tolerância a falhas, há que criar um ambiente de trabalho propício para incentivar todos os funcionários públicos a apresentar propostas de inovação, cuja viabilidade deve ser analisada atempadamente, e, se forem adoptadas, os proponentes devem ser elogiados.

3. Aquando da escolha do pessoal de direcção e chefia, um parâmetro importante deve ser a apresentação de propostas, no sentido de recrutar mais trabalhadores inovadores, reactivando-se assim o dinamismo e a potencialidade da equipa dos funcionários públicos.

IAOD do Deputado Chan Hao Weng em 04.11.2025

Reduzir com precisão os trabalhadores não residentes e garantir a estabilidade do emprego e a promoção dos trabalhadores de nível médio e alto

O mercado de emprego de Macau enfrenta desafios estruturais. Entre Julho e Setembro, a taxa de desemprego global manteve-se em 1,8 por cento, mas a taxa de desemprego dos residentes atingiu 2,4 por cento, e a nova força de trabalho à procura do primeiro emprego representa 18,3 por cento dos desempregos. Entretanto, o número de trabalhadores não residentes ultrapassou os 200 mil. Estes dados reflectem que existem contradições profundas na qualidade do emprego e na distribuição de oportunidades.

Muitos jovens não conseguem desenvolver-se na sua área profissional, e os residentes de meia idade deparam-se com dificuldades na mudança de emprego e na reintegração no mercado laboral. Estes problemas afectam não só a subsistência da população, como também têm implicações com a estabilidade social a longo prazo e a formação de talentos. Por isso, o Governo deve promover a “redução de trabalhadores não residentes” e a “garantia do emprego dos trabalhadores locais”, para concretizar o desenvolvimento justo e sustentável do mercado de emprego.

Em primeiro lugar, a situação actual e os problemas resultam principalmente de três factores:

1. O acesso a cargos de nível médio e alto não é fácil. O cargo de *croupier* só pode ser assumido pelos locais, mas a proporção de trabalhadores não residentes para cargos de gestão de nível médio é ainda bastante elevada. Algumas empresas adiam a implementação da medida do emprego local com o pretexto de “falta de quadros locais adequados”, o que reduz o espaço de promoção dos trabalhadores locais.

2. Falta de estabilidade no emprego. A situação de desemprego nos sectores do comércio a retalho e da construção civil é bastante grave, e os trabalhadores de meia-idade têm mais dificuldades de reintegração no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, os recém-graduados também têm mais dificuldades na procura do primeiro emprego.

3. A gestão das quotas de TNR continua por otimizar. A promoção dos actuais planos de redução de TNR é lenta, há falta de vontade das empresas em executá-los, e o Governo não dispõe de um mecanismo eficaz de controlo.

Assim, apresento as seguintes seis sugestões:

1. Definir uma calendarização e um programa para o desempenho de cargos de nível médio e alto por locais. Há que exigir às grandes empresas que definam, por sector de actividade, a proporção dos trabalhadores locais em cargos de gestão e uma calendarização por fases, aplicando àquelas que não atinjam os padrões definidos as medidas de redução de quotas ou de ajustamento fiscal.

2. Reforçar o mecanismo de “interacção” entre as quotas de TNR e a eficácia da promoção dos locais. Há que indexar a apreciação e autorização de quotas à eficácia da promoção dos locais, formando assim a orientação política de “premiar os bons, punir os maus”.

3. Dar o exemplo nos projectos públicos. Na adjudicação de projectos públicos, é obrigatório fixar a proporção de trabalhadores locais dos cargos de gestão de nível médio, superior e técnico, um indicador essencial para a avaliação dos projectos.

4. Criar mecanismos de saída dos TNR especializados e de formação dos sucessores. Exige-se às grandes empresas que apresentem plano de sucessores locais para cargos de nível médio e alto, e que, mediante “formação” e “estágios de trabalho”, se estabeleça uma articulação sem interrupções.

5. Alargar os planos de formação subsidiada e de elevação da qualidade dos trabalhadores. Há que reforçar a articulação entre a formação profissional e os postos de trabalho de nível médio e alto, concedendo prémios aos trabalhadores que participam na formação e benefícios fiscais às empresas que desenvolvem activamente formação interna de promoção.

6. Criar um fundo de estágio e de certificação para jovens. É de subsidiar os jovens locais a obterem qualificações profissionais internacionais nos domínios financeiro, tecnológico e científico, para elevar a sua competitividade.

Sr. Presidente, caros colegas, o emprego é fundamental para a vida da população, sendo também a pedra basilar para a estabilidade social. Face aos actuais desafios, o Governo deve ser mais enérgico e impulsionar a política de TNR a passar do “controlo da totalidade” para a “optimização da estrutura”, para que os jovens consigam ver o futuro e as pessoas de meia-idade consigam sobreviver com estabilidade, e que os frutos do desenvolvimento económico possam beneficiar a população.

Só assim é que podemos construir uma cidade de Macau mais abrangente, competitiva e sustentável.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 04.11.2025

Promover a elaboração dos planos decenais de acção para os serviços de apoio a idosos e serviços de reabilitação com um planeamento global e uma visão prospectiva

O “Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos 2016-2025” e o “Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio 2016-2025” vão terminar no final deste ano. Nos últimos dez anos, com a colaboração activa de vários serviços públicos, o apoio e a participação das instituições particulares e dos diversos sectores da sociedade, estes dois planos decenais obtiveram bons resultados, sendo que foram concluídas 444 medidas no âmbito do “Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos”, com uma taxa de conclusão de 99,3 por cento, e 362 medidas no âmbito do “Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio”, com uma taxa de conclusão de 98,6 por cento, o que constitui uma base sólida para o Governo definir os planos decenais de acção da próxima fase.

Entretanto, a estrutura demográfica de Macau está a sofrer uma profunda mudança, o envelhecimento continua a acelerar e as necessidades sociais, como a procura pelos serviços de apoio aos idosos e de reabilitação, são cada vez mais diversificadas e de longo prazo. Face a este grande desafio, os serviços sociais e o sistema de protecção estão a enfrentar uma pressão cada vez maior, portanto, é necessário planear com uma visão prospectiva e responder de forma sistemática.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Reforçar a predominância do planeamento ao nível das políticas. Quanto à promoção da próxima fase dos Planos Decenais de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos e os Serviços de Reabilitação, propõe-se que, com base nas experiências obtidas na fase anterior, se ausculte as opiniões dos diversos sectores da sociedade, de acordo com as necessidades dos serviços, optimizando ainda mais os serviços de cuidados domiciliários, de apoio comunitário e de prestação de cuidados aos idosos pelas instituições, criando um sistema de serviços de vários níveis. Há que haver empenho na construção do “Círculo de Serviços Comunitários para Idosos” num raio de 15 minutos, aperfeiçoando as instalações complementares dos serviços de cuidados diurnos, de reabilitação, de gestão de saúde e de convívio e recreio, de modo a aumentar a acessibilidade e a profissionalização dos serviços, para que os idosos possam ter uma vida condigna num ambiente familiar.

2. Acelerar os trabalhos legislativos sobre o ambiente livre de barreiras. Em Julho passado, na resposta a uma interpelação escrita, as autoridades revelaram que o trabalho legislativo sobre o ambiente sem barreiras ia ser integrado na próxima fase do Plano Decenal de Acção para os Serviços de Reabilitação, e que iam envidar esforços para concluir os respectivos trabalhos preparatórios até 2026. Durante este período, espero que o Governo reforce a comunicação e o intercâmbio com o público, com as associações de deficientes e com as organizações de reabilitação, para garantir que a lei possa satisfazer efectivamente as necessidades reais da sociedade. Sugiro ainda a definição de um calendário para a produção legislativa, para garantir que os referidos trabalhos legislativos possam ser desenvolvidos passo a passo e de forma estável.

3. Reforçar o investimento de recursos para impulsionar o desenvolvimento inteligente dos serviços sociais. A tecnologia inteligente é um meio importante para melhorar a qualidade dos serviços sociais, pelo que o Governo deve aumentar os recursos de apoio e estudar a criação de um fundo específico para a inovação tecnológica desses serviços. Estas medidas devem ser orientadas pelo sector, permitindo que as instituições de serviços sociais introduzam, de acordo com as necessidades reais, equipamentos auxiliares inteligentes, elevando, gradualmente, o nível de aplicação das “instalações e equipamentos de apoio à deficiência através da ciência e tecnologia”. Com esta base, deve integrar-se a ciência e a tecnologia nas instalações e na prestação de serviços e, ao mesmo tempo, reforçar a formação profissional dos seus trabalhadores, a fim de melhorar a eficiência e o nível dos serviços, promovendo, consequentemente, o desenvolvimento de alta qualidade dos serviços sociais.

IAOD do Deputado Vong Hou Piu em 04.11.2025

Aprofundar o desenvolvimento coordenado entre Macau e Hengqin para alcançar a diversificação adequada da economia de Macau

Já se passaram quatro anos desde a implementação do “Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, em 2021. Com o forte apoio do Governo Central, o desenvolvimento integrado entre Macau e Hengqin obteve uma série de resultados faseados: o número das empresas com capital de Macau subiu para 7400; mais de 28 mil residentes de Macau estão a viver e trabalhar em Hengqin; a “gestão separada” está a ser implementada com sucesso e continua a ser aperfeiçoada a articulação de regimes como a passagem fronteiriça, exercício de actividades profissionais, benefícios fiscais, entre outros. Estes progressos constituem uma base sólida para a construção da segunda fase da Zona de Cooperação.

A criação da zona de cooperação tem por objectivo servir a diversificação adequada da economia de Macau e resolver as nossas dificuldades decorrentes da escassez de terrenos e quadros qualificados. A solução destes problemas, tendo em conta a zona de cooperação, passa pela criação de um sistema de integração plena entre cidades que facilite a circulação de pessoas e a exploração de negócios, e isto depende da implementação, pela Comissão Executiva da zona de cooperação, de instruções orientadoras aos serviços subordinados, da participação e estudo aprofundado dos serviços competentes da RAEM e da realização de intercâmbios sobre a coordenação legislativa com os serviços jurídicos de Hengqin, o Comité Permanente da Assembleia Popular do Município de Zhuhai e o Comité Permanente da Assembleia Popular da Província de Guangdong e até a Assembleia Popular Nacional, para promover a publicação de leis e regulamentos inovadores e revolucionários, aplicáveis apenas à zona de cooperação e à RAEM.

Para promover uma maior participação de Macau na construção da zona de cooperação, apresento as seguintes quatro sugestões:

Primeiro, acelerar as infra-estruturas jurídicas e institucionais da zona de cooperação. Sugiro aos Governos da RAEM e de Guangdong que reforcem a coordenação legislativa, clarifiquem a estrutura administrativa, a divisão de competências e responsabilidades e a

aplicação da lei na referida zona, e concretizem uma articulação sistemática, estável e a previsível das regras. Só com a criação de um ambiente jurídico claro é que se pode aumentar, eficazmente, a confiança das empresas internacionais e dos respectivos profissionais, e dar garantias institucionais para a integração profunda das duas regiões.

Segundo, aprofundar a sinergia industrial “Macau + Hengqin”. Macau está a desenvolver “quatro novas indústrias”, nomeadamente a *big health*, as finanças modernas, a investigação científica e tecnológica e a plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa, enquanto Hengqin está empenhada em construir uma ilha internacional de saúde, uma ilha digital e uma ilha de riqueza. Proponho a criação de um fundo específico de inovação científica e tecnológica para apoiar as marcas locais e as empresas de capitais de Macau na concretização do “Registo em Macau + Produção em Hengqin” e “Serviços de Macau + Implementação em Hengqin”. Nas áreas da medicina tradicional chinesa, serviços financeiros, comércio electrónico transfronteiriço e tecnologia inovadora, deve promover-se o reconhecimento mútuo dos padrões e a confiança mútua na fiscalização, construindo-se um *cluster* industrial com competitividade internacional.

Terceiro, reforçar a integração da vida da população e promover a ligação entre Macau e Hengqin. Muitos residentes de Macau estão a viver em Hengqin, e a articulação dos serviços públicos da área de saúde, educação e segurança social já surtiu efeitos preliminares. Proponho que os residentes de Macau beneficiem em Hengqin do mesmo nível de Macau na área da assistência médica, da educação escolar e do bem-estar dos idosos, e que sejam alargadas as medidas facilitadoras, como “inspeccionar no carro, passar a fronteira sem sair do carro”, em articulação directa com a vida da população. Mais, é de planear-se a construção de uma “Cidade Internacional de Educação Macau-Hengqin” para atrair recursos educativos do interior e exterior do País, aumentando o espaço de desenvolvimento diversificado dos jovens de Macau e a sua visão internacional.

Quarto, aumentar a participação da RAEM na governação da Zona de Cooperação. Sugere-se ao Governo da RAEM o destacamento regular de mais quadros profissionais para participarem nos trabalhos da Comissão Executiva e, sob a orientação do “Grupo de Liderança para a Promoção da Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, deve-se criar grupos de trabalho nos serviços públicos da RAEM que façam reuniões periódicas para prestar apoio ao pessoal destacado para trabalhar na Zona de Cooperação. O Governo da RAEM deve legislar em articulação com

as necessidades legislativas da Zona de Cooperação, e elaborar orientações políticas e programas de desenvolvimento da Zona de Cooperação, realizando trabalhos de intercâmbio, de discussão, e de acompanhamento em tempo útil. Esta forma de trabalho poderá estabelecer um mecanismo de coordenação eficiente e implementar verdadeiramente o conceito de governação de "negociação, construção e administração conjuntas, e de partilha de resultados".

O desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin está a tornar-se gradualmente num novo factor de crescimento económico de Macau. Devemos aproveitar as oportunidades da reforma tecnológica e da transformação industrial para, em conjunto com Hengqin, cultivarmos as indústrias emergentes, consolidarmos as vantagens tradicionais, e reforçarmos os efeitos sinérgicos entre as indústrias. Só assim é que será possível promover a integração de Macau no desenvolvimento nacional, concretizar o desenvolvimento regional coordenado e reforçar a dinâmica e a capacidade global da economia, concretizando, finalmente, a diversificação adequada, a sustentabilidade e o desenvolvimento de alta qualidade da economia de Macau.

IAOD do Deputado Wong Chon Kit em 04.11.2025

Melhoria da distribuição de mão-de-obra na área da saúde e ligação do emprego dos jovens nesta área com a protecção da saúde da população idosa de Macau

Segundo os dados disponibilizados, registam-se em Macau 109 mil residentes com 65 anos ou mais, sendo previsível que a cidade passe a ter uma sociedade superenvelhecida até 2029, e que a proporção dos residentes idosos aumente para 21,4 por cento. Ao mesmo tempo, destaca-se, cada vez mais, o desequilíbrio entre o número de licenciados na área da saúde e as devidas oportunidades de emprego, o que reflecte a premência de melhorar em Macau a distribuição dos recursos médicos e o desenvolvimento dos quadros especializados.

Do ponto de vista médico, por um lado, a procura por serviços de saúde especializados nas comunidades — como a gestão de doenças crónicas dos idosos e o acompanhamento da polifarmácia — continua a aumentar, mas o sistema existente tem dificuldade em oferecer intervenção precoce e prestar cuidados contínuos. Por outro lado, os quadros especializados de saúde formados em Macau têm limitações nas suas opções de emprego, o que os impede de realizar plenamente o seu valor especializado. Vale a pena notar que, no processo de promover a saúde inteligente, é impossível potenciar o valor clínico dos dispositivos inteligentes de cuidados a idosos sem a orientação e a intervenção de quadros especializados de saúde, comprometendo assim a qualidade dos cuidados prestados.

Assim, apresento as três sugestões seguintes:

Primeira, criar um “Programa-Piloto de Práticas Médicas para a Prevenção na Comunidade”. Há que escolher um bairro comunitário para o projecto-piloto de serviços médicos centrados na gestão das doenças crónicas, integrar os recursos das instituições médicas privadas e das farmácias comunitárias, organizar uma equipa de profissionais de saúde experientes para liderar a equipa médica juvenil, e prestar aos idosos serviços padronizados de avaliação de medicação e de gestão de doenças crónicas. Isto pode aliviar a pressão do sistema de saúde público e criar um espaço de emprego diversificado para os jovens profissionais de saúde.

Segunda, lançar um curso de certificação profissional de “gestores de saúde inteligente”. Há que criar um sistema de formação de talentos com conhecimentos de saúde e de tecnologias digitais, para os jovens profissionais de saúde assumirem trabalhos de análise de dados de saúde e a coordenação dos cuidados de saúde remotos, promovendo, assim, a inovação do modelo de serviços médicos.

Terceira, criação de um “Programa de cuidados de saúde comunitários com medicina chinesa”: sugere-se a formação de jovens profissionais em Medicina Tradicional Chinesa para o desenvolvimento dos cuidados de saúde na comunidade, por exemplo, para o diagnóstico da condição física, orientação nutricional e promoção do tratamento com medicamentos e técnicas tradicionais de manutenção da saúde, valorizando-se plenamente as vantagens da Medicina Chinesa na prevenção de doenças. Mais, com a realização de palestras sobre a manutenção da saúde de acordo com as quatro estações do ano, de cursos de manutenção da saúde, de acupunctura, de ginástica e de manutenção, pode-se promover na comunidade o conceito da medicina tradicional chinesa de “tratar sem doença”.

Devemos otimizar o mecanismo de colaboração entre os serviços de saúde pública e privada, e conjugar a profissionalização dos serviços de saúde comunitários com o desenvolvimento dos jovens profissionais de saúde, criando um modelo de serviço de cuidados de saúde profissional. Assim, pode-se, por um lado, elevar o nível dos cuidados de saúde comunitários e, por outro, abrir um caminho para o desenvolvimento profissional dos jovens na área da saúde, promovendo em conjunto a sustentabilidade do desenvolvimento do sector da saúde de Macau e a construção de uma Macau saudável, mais resiliente e mais inclusiva.